



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

O MASSAS

.....
ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 34 - Nº 662 - DE 17 DE ABRIL A 1 DE MAIO DE 2022 - R\$ 4,00
.....

Pelo fim da guerra na Ucrânia!

Estados Unidos têm interesse em prolongar a guerra

**Operários da Rússia, Ucrânia, Polônia, de toda a Europa,
dos Estados Unidos e de todo o mundo, uni-vos, pelo
desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-
americanas; pela revogação das sanções econômicas
à Rússia; pela autodeterminação, integralidade territorial
e retirada das tropas russas da Ucrânia!**

CARTA DO POR ÀS CENTRAIS, SINDICATOS E MOVIMENTOS

**Por um 1º de Maio
classista e internacionalista**

Ucrânia

Quanto mais se prolongar a guerra, mais se agravará a barbárie

Dois fatos se destacaram recentemente. As tropas russas desfizeram o cerco a Kiev, e se concentraram no leste da Ucrânia, na região de Donbass. E as negociações por um acordo de paz foram interrompidas.

A decisão de Putin e seu comando militar, de renunciar à tomada da capital ucraniana, indicou o reconhecimento de que o cumprimento desse objetivo ampliaria e aprofundaria a guerra. E o problema maior seria o de como sustentar a ocupação militar do país.

Os Estados Unidos tudo têm feito, de acordo com as condições políticas na Europa, para que a guerra se prolongue. O sangramento dos ucranianos se converterá na forma de dilaceramento econômico e social da Rússia.

A rachadura na ordem mundial após a Segunda Guerra está aberta, e tende a se ampliar com a necessidade do imperialismo, de manter e avançar a guerra comercial. O melhor para as diretrizes norte-americanas seria se a Ucrânia se integrasse de vez à União Europeia, e se tornasse membro da OTAN, sem que a Rússia reagisse. Se assim ocorresse, os Estados Unidos poderiam concentrar suas forças econômicas, políticas e militares no cerco à China.

A finalização da longa ocupação do Afeganistão e o arrefecimento do intervencionismo no Oriente Médio visavam a essa estratégia. O que foi acompanhada da escalada militar na região do Indo-Pacífico, impulsionada pelo acordo Alkus, entre os Estados Unidos, Inglaterra e Austrália. A criação de uma frota de submarinos atômicos para controlar o Mar do Sul da China, por onde se realiza um poderoso fluxo de mercadorias, pôs às claras as tendências militaristas da guerra comercial, que, por sua vez, tem refletido a ampliação do processo de decomposição do capitalismo mundial.

A China ameaça a supremacia econômica dos Estados Unidos, e tem sido também obrigada a se fortalecer militarmente. A Rússia é importante porque detém vastos recursos petrolíferos e metálicos. Com as ex-repúblicas soviéticas, constitui um potente complexo de recursos naturais. A Ucrânia se tornou um país chave para a penetração do capital financeiro no amplo território, anteriormente controlado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Não bastava ao imperialismo a militarização do Leste Europeu, que se havia passado ao controle da URSS, como resultado da Segunda Guerra, sob a forma de repúblicas populares. Era e é preciso, para os interesses do imperialismo, desmontar a ascendência da Rússia sobre a região.

A Alemanha aproveitou as vantagens comerciais com o desmoronamento da URSS e a aceleração do processo de restauração capitalista na Rússia e no conjunto das ex-repúblicas

soviéticas, sobretudo quanto ao gás. Mas os interesses particulares dessa potência econômica europeia acabaram por conflitar com os interesses gerais do imperialismo. Eis por que crescem as pressões para que o governo alemão seja mais ofensivo no apoio à Ucrânia.

Os Estados Unidos e Inglaterra não tardaram em lançar mão de violentas medidas econômico-financeiras, visando a bloquear o fluxo do petróleo e do gás, e, assim, sufocar a economia russa. Concluiu-se que, sem golpear as receitas das exportações de commodities, as demais medidas, por si só, não abalam o governo de Putin, que continua a ter apoio da população. Crescem as exigências de Zelenski, a mando de Biden, para que a Alemanha se livre da dependência energética da Rússia. A União Europeia discute formas de atingir esse objetivo de guerra. Espera-se a eleição de Macron, para ver se é possível obter da Alemanha uma posição mais ofensiva.

Os Estados Unidos estão propensos a enviar armas mais sofisticadas à Ucrânia. A Finlândia e Suécia contribuem com as orientações do imperialismo norte-americano e inglês, acenando com a adesão à OTAN. É sintomático que tenham abandonado a antiga posição de neutralidade. É mais uma indicação de que está esgotada a partilha do mundo da Segunda Guerra, e de que os Estados Unidos, para manterem seu domínio, necessitam das guerras. Não vão poder – por enquanto, é o que tudo indica – transformar a intervenção da Rússia na Ucrânia em guerra europeia, mas a semente está plantada. Aí se encontram as bases das dificuldades em abreviar a guerra e estabelecer um acordo que, mesmo que provisório, suspenda o ingresso da Ucrânia na OTAN, a mantenha desmilitarizada e submetida à órbita de influência russa, como se passa com parte significativa das ex-repúblicas soviéticas.

O problema fundamental se encontra na crise de direção revolucionária. A guerra conduzida por interesses capitalistas divide a classe operária e joga um povo contra o outro. Se não se transformar em uma guerra civil, voltada a constituir governos revolucionários, contra os governos, a classe capitalista e as oligarquias burguesas, não há como vencer o imperialismo e acabar com a opressão nacional. Essa possibilidade inexistente. Mas a vanguarda com consciência de classe tem de trabalhar sob essa estratégia histórica, para dar passos no sentido da superação da crise de direção.

As posições programáticas e o conjunto de bandeiras do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) estabelecem o caminho seguro do internacionalismo proletário. Lutemos pelo fim da guerra! Lutemos contra a barbárie da guerra de dominação!

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

nossa.classe@hotmail.com - www.pormassas.org - fb.com/massas.por - anchor.fm/por-massas / ☎ (11) 95446-2020

CARTA ÀS CENTRAIS, SINDICATOS E MOVIMENTOS

Por um Primeiro de Maio classista e internacionalista

14 de abril de 2022

Teremos, desta vez, um Primeiro de Maio presencial. No ano passado, rejeitamos o Primeiro de Maio virtual. Estávamos certos. As direções sindicais e políticas se valeram das redes sociais, para fazerem discursos demagógicos sobre o crescimento das desigualdades sociais, pobreza, miséria e fome, quando fizeram e faziam acordos de rebaixamento salarial e de demissões, durante toda a pandemia. É bom lembrar as traições das direções dos sindicatos metalúrgicos aos operários da Ford, da LG e de fornecedoras de componentes, que perderam seus empregos com o fechamento de fábricas. A negativa em realizar uma campanha nacional pela estatização das multinacionais, sem indenização, mostrou o quanto os sindicatos estão submetidos aos interesses e decisões dos capitalistas, contrários às necessidades e interesses dos assalariados. Essa conduta política anti-operária se refletiu no Primeiro de Maio virtual.

Agora, a classe operária, os demais trabalhadores e a juventude oprimida não estão em melhor situação. Ao contrário, continuam a pagar caro pelas brutais consequências econômicas e sanitárias do período da Pandemia, que ainda não se encerrou completamente. E enfrentam uma alta insuportável do custo de vida. A combinação do desemprego e subemprego com a disparada inflacionária dos produtos e serviços de primeira necessidade mostra o quanto os capitalistas e seus governantes estão descarregando a

crise nacional e mundial sobre as massas trabalhadoras. É do conhecimento público, por outro lado, que os monopólios e o capital obtiveram e vêm obtendo altos lucros. A riqueza ficou mais concentrada nas mãos de poucos; e a pobreza e miséria se expandiram entre a maioria oprimida. Esse quadro social catastrófico resulta das leis de funcionamento do capitalismo e, particularmente, da época de domínio imperialista. Ou os explorados recorrem à luta de classes em defesa própria, ou pagam com a desintegração social crescente.

O fato de direções sindicais terem renunciado a antigas reivindicações, como redução da jornada sem redução salarial, estabilidade no emprego, reposição das perdas e aumento real, e salário mínimo calculado pelo Dieese, é um reflexo do predomínio da política de colaboração de classes.

A céu aberto, espalham-se a indignação e a fome de milhões de brasileiros. Aí vem a pergunta: por que a classe operária tem suportado tanto fechamento de fábricas, tanta demissão, tantos acordos de PDVs e de rebaixamento salarial? Por que aumentam os despejos de famílias de seus casebres? Por que a juventude sofre tanto com o desemprego e subemprego? Por que, então, diante de tamanho horror social, não temos um poderoso movimento operário e popular? Por que os explorados não contam com um programa próprio e unificado de reivindicações? Por que a revolta latente não se transforma em movimento organizado contra a exploração capitalista e

a política antipopular dos governantes?

A resposta não é simples, mas pode ser resumida. Porque impera a política de conciliação de classes nos sindicatos, nas centrais e nos movimentos populares e da juventude. Os acordos de fechamento de fábricas, redução da jornada com redução salarial, demissão em massa, por meio de PDVs, afastamento do tipo lay-off, e outras modalidades, resultam em colaboração de classes, que somente favorecem os exploradores.

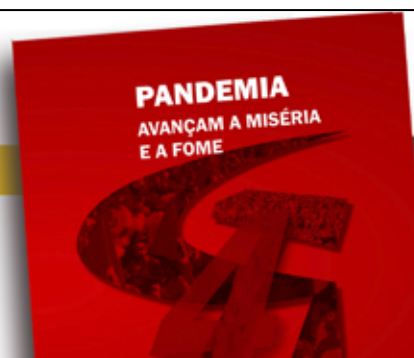
O fato de direções sindicais terem renunciado a antigas reivindicações,

como redução da jornada sem redução salarial, estabilidade no emprego, reposição das perdas e aumento real, e salário mínimo calculado pelo Dieese, é um reflexo do predomínio da política de colaboração de classes. A renúncia do programa de reivindicações elementares levou as direções sindicais a abolirem as campanhas salariais. Abolindo as campanhas salariais, aboliram também as assembleias gerais. No passado, a CUT, mesmo que em palavras, defendia as “campanhas salariais unificadas”. Não restou nada desse passado. Tudo que era classismo foi varrido, passando a predominar a colaboração de classes.

Essa mudança se deve à profunda

Publicado o livro:**PANDEMIA****AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME****“**

A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.

**R\$40****ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

penetração da política burguesa e pequeno-burguesa nos sindicatos. O PT foi e é a correia mestra de transmissão da política burguesa da colaboração de classes. Isso porque condicionou o sindicalismo ao parlamentarismo, às eleições e às instituições estatais. Mas, não teria tanto êxito, se não contasse com partidos burgueses, como Solidariedade, PSB e PDT. E, também, se não contasse com partidos pequeno-burgueses, como PCdoB, PSOL e PSTU.

Esse conjunto de forças se manteve unido durante toda a Pandemia, aplicando o programa de emergência de Bolsonaro e Congresso Nacional, desviando a luta contra o fechamento de fábricas para acordos de demissão, submetendo-se à frente dos governadores em torno ao isolamento social, transformando o Primeiro de Maio de presencial em virtual e, finalmente, armando as manifestações do Fora Bolsonaro, condicionadas às manobras políticas da oposição burguesa, que pretendia o seu impeachment. Nenhum dos velhos e “novos” partidos da burguesia é capaz de estabelecer as bases da colaboração de classes, como o PT e seus aliados orgânicos ou circunstanciais estabeleceram. Depois do fim do período de isolamento social e da aplicação do programa emergencial, abriu-se o período de pedido de impeachment de Bolsonaro, que concluiu com o encerramento da CPI do Covid. O atual período está voltado às definições eleitorais, marcadas pela polarização entre a candidatura de Lula e a de Bolsonaro.

No período inicial, predominou o conflito dos governadores com o presidente da República e a aplicação do programa emergencial; no segundo, a realização de manifestações pelo Fora

Bolsonaro, e, agora, no terceiro, o PT procura potenciar a candidatura de Lula, ampliando sua frente da esquerda para a direita liberal. A constituição da chapa Lula-Alckmin deu a partida para uma frente burguesa mais ampla possível. O Primeiro de Maio, assim, tem tudo para refletir a política de colaboração de classes, que se estendeu por um longo período, se tomado do ponto de vista da luta de classes. Muda-se a forma, mas se mantém o conteúdo.

A posição do POR, de defesa de um Primeiro de Maio classista e internacionalista, portanto, está voltada à luta política pela independência de classe dos explorados, diante dos governantes e das forças políticas da burguesia.

Esta Carta objetiva combater a subordinação do Primeiro de Maio à política de colaboração de classes, que toma a forma de campanha eleitoral. A posição do POR, de defesa de um Primeiro de Maio classista e internacionalista, portanto, está voltada à luta política pela independência de classe dos explorados, diante dos governantes e das forças políticas da burguesia.

Eis os pontos para um Primeiro de Maio classista e internacionalista: 1) lutar por um programa próprio dos explorados, que tenha por base a defesa dos empregos, dos salários e dos direitos trabalhistas; 2) unificar as greves em andamento; 3) convocar um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios; 4) preparar as condições para a organiza-

ção da greve geral; 5) responder à guerra na Ucrânia.

Esse último ponto tem particular importância. Trata-se de uma guerra de dominação, e não de libertação do povo ucraniano. Os Estados Unidos e aliado usam a Ucrânia como bucha de canhão; e a Rússia, como escudo para barrar o avanço da OTAN. O POR está empenhado na campanha do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), que vem lutando pelo internacionalismo proletário, sob as seguintes bandeiras interligadas: pelo fim da guerra, desmonte da OTAN e das bases militares norte-americanas; revogação das medidas de sanções econômico-financeiras; autodeterminação, unidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia.

Cabe ao Primeiro de Maio tomar para si essas bandeiras que unificam a classe operária russa, ucraniana, europeia e mundial. A luta pelo programa de reivindicações próprio da classe operária no Brasil se fortalecerá com a luta pelo internacionalismo proletário diante da guerra na Ucrânia.

Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem assembleias, para organizar a participação dos explorados no Primeiro de Maio!

Que organizem comitês locais, regionais e nacionais!

Não à política de colaboração de classes!

Não fazer do Primeiro de Maio um palanque eleitoral!

Viva o Primeiro de Maio classista e internacionalista!

R\$5

Lei do desenvolvimento desigual e combinado

Apontamentos sobre a Lei do Desenvolvimento Combinado, Guillermo Lora

Extratos de Trotsky, Lênin, Rosa Luxemburgo, Engels e Marx

Adquira com o distribuidor do Massas:

4 NACIONAL **MASSAS**

Adquira com o distribuidor: R\$35

ASCENSO E QUEDA DO PT

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

ASCENSO E QUEDA DO PT

A LUTA PELA CONSTRUÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

Partidos burgueses e pequeno-burgueses preparam suas candidaturas

Que posição tomar?

A polarização das candidaturas de Lula e Bolsonaro, segundo as pesquisas, continua a vigorar. A procura de uma candidatura de “terceira via”, com capacidade de arregimentação eleitoral, tem fracassado.

A aposta no ex-juiz e chefe da Operação Lava Jato afundou. Sérgio Moro abandonou o Podemos, ingressou no União Brasil e, finalmente, naufragou. Embora ainda mantenha a pretensão de sair candidato pela “terceira via”, a sua posição no União Brasil é contestada.

O PSDB está mergulhado em uma de suas mais profundas crises políticas. O fato de a candidatura de João Doria continuar com baixíssima aceitação eleitoral permitiu a Eduardo Leite – o derrotado nas prévias – arregimentar forças internas e externas ao PSDB, para se colocar como candidato da “terceira via”.

O nome de Simone Tebet pelo MDB também não inspirou confiança. Os presidentes do PSDB, MDB e União Brasil esperam superar as desavenças e encontrar até julho um desses nomes como denominador comum. Nada indica que Doria ceda passagem a Leite, ou a qualquer uma das presentes opções.

No campo da centro-esquerda, a candidatura de Ciro Gomes, pelo PDT, perde fôlego. Doria tem procurado uma aproximação com a ala de Ciro Gomes, para estabelecer uma aliança. Outra ala do PDT não vê outra saída, senão encostar-se à candidatura de Lula.

Nesse quadro de desajuste das candidaturas da “terceira via”, uma fração do MDB vem se aproximando de Lula. Os ex-presidentes do Senado, Eunício de Oliveira e Renan Calheiros, ambos do MDB, estão contra a candidatura de Simone Tebet, e iniciaram tratativas com Lula.

Essas negociações no terreno da oposição a Bolsonaro seguem as condições impostas pela polarização e pela provável vitória de Lula em um segundo turno. A direção do PT aprovou uma resolução em que prevê alianças até com o espectro da direita liberal. A concertação mais definida, nesse sentido, foi a aliança de Lula com o ex-governador de São Paulo, ex-PSDB, Geraldo Alckmin, que será o vice-presidente. Alckmin abandonou PSDB e se abrigou no PSB, o que viabilizou a aliança com o candidato do PT.

O PCdoB, obrigatoriamente, tem de continuar sob as asas

do PT, e, agora, sob as de Lula/Alckmin. O PSOL renunciou à candidatura própria. Guilherme Boulos se contentou com a proposta de concorrer a deputado federal, e com a promessa de, em 2024, o PT apoiá-lo como candidato à prefeitura de São Paulo. No campo da esquerda revisionista e do filo-estalinismo, concorrerão com candidatos próprios o PSTU e PCB. Desta vez, sem o PSOL, o PSTU não teve como levantar a bandeira de frente de esquerda. E o PCB ficou sem o seu tradicional aliado eleitoral.

Durante a campanha do “Fora Bolsonaro” e “Impeachment”, o PT, PCdoB e Solidariedade preconizaram uma frente ampla burguesa. De conjunto, as correntes centristas e filo-estalinistas se colocaram sob a estratégia burguesa do “Fora Bolsonaro”, visivelmente voltada às eleições. Durante toda a Pandemia, refugiaram-se na política burguesa do isolamento social, e colaboraram com a burocracia sindical, que aplicava as medidas dos governantes e do Congresso Nacional.

As manifestações – depois de dois anos de bloqueio às lutas, que incluíram os acordos criminosos de fechamento de fábricas –, iniciadas em 29 de maio pelo “Fora Bolsonaro”, limitaram-se a uma camada da classe média urbana, não possibilitando a intervenção da classe operária. De forma que acabaram canalizadas para objetivos eleitorais da candidatura de Lula, e, assim, se dissolveram. Em nenhum momento, as necessidades das massas e as suas reivindicações mais elementares estiveram na base das manifestações. Em 9 de abril, o ensaio de reeditar o “Fora Bolsonaro” com o slogan “Bolsonaro nunca mais” não passou de uma forma de comício eleitoral.

É nessas condições que os partidos burgueses e pequeno-burgueses se preparam para a disputa eleitoral. Os reformistas do PT, o braço sindical burocrático e a esquerda centrista dedicarão seu tempo para arregimentar os explorados, não economizando demagogia em torno da “defesa da democracia”, de um “governo popular”, de diminuição das desigualdades sociais, e proteção dos miseráveis e famintos.

A defesa da independência política e organizativa da classe operária e dos demais oprimidos está na razão direta da defesa de um programa próprio, que tenha como ponto de partida os empregos, salários e direitos trabalhistas.



Uma só luta: contra o fechamento da Toyota e demissão na Avibras

FECHAMENTO DA TOYOTA

No dia 5 de abril, a Toyota anunciou o fechamento da fábrica de São Bernardo do Campo. Disse que irá transferir a produção para Sorocaba, Indaiatuba e Porto Feliz. A decisão da multinacional significa a demissão de 580 operários. Chegou a dizer que poderá transferir os trabalhadores para as outras plantas, mas não disse em que condições. Sem estabilidade no emprego e sem garantia de moradia, o palavreado da empresa de que não está demitindo é uma armadilha.

Diante da decisão de fechamento da fábrica, a direção do Sindicato Metalúrgico do ABC/CUT retomou a mesma política usada quando do encerramento da Ford, e que levou a derrota dos operários.

O caminho para defender os empregos é o da luta direta. O que significa organizar a greve e a ocupação da fábrica. Impor, por meio da luta, a bandeira: fábrica fechada, fábrica ocupada.

No dia 5, realizou uma assembleia na porta da fábrica, usou o mesmo discurso de que irá convencer a multinacional a permanecer em São Bernardo, que recorrerá às autoridades para garantir a permanência da planta no município, e que irá à Justiça para abrir negociações com a empresa.

No dia 8, convocou as famílias dos metalúrgicos para uma manifestação em frente à fábrica, no sentido de “tocar o coração” do patrão, como diz o burocrata do sindicato, para uma “mesa de negociação”. Perante as famílias dos demitidos, o burocrata Moysés mentiu descaradamente, ao dizer que o sindicato defende os empregos e os salários. O ato com as famílias não era para preparar a luta, mas sim para ouvir o burocrata discursar que o sindicato tem “projeto” para que “a gente possa ter um emprego, dinheiro no fim do mês, comida para a família, uma casa para morar, um carrinho para passear no fim de

semana, que a gente possa dar estudo aos filhos (...) nosso projeto é ser feliz”. Como ele disse, para “tocar o coração”, não do patrão, mas das famílias, para que elas acreditem que a direção do sindicato está lutando para reverter a situação.

No dia 11, reuniu os trabalhadores, para comunicar que o sindicato conseguiu na Justiça a abertura de negociação, para discutir as “possíveis soluções”. Que reuniu com o prefeito de São Bernardo e outros representantes do governo de São Paulo. E que as autoridades políticas mostraram interesse em participar das negociações, e em manter a fábrica no município, em função dos impostos e dos 3.000 empregos diretos e indiretos.

Essa descrição dos passos da direção do sindicato serve unicamente para demonstrar que essa política de conciliação de classes já trouxe inúmeras derrotas. É bom lembrar que, no caso da Ford, o governo chegou a anunciar a compra pela CAO, e o sindicato chegou a dizer que os empregos estavam preservados. Em pouco tempo, a mentira se desfez, e a Ford foi fechada. No caso de Taubaté, com a Ford e LG, a direção ficou atrás da Justiça e acabou aceitando a sua decisão de pagamento das indenizações, portanto, das demissões. Como se vê, essa política de colaboração de classes não garante os empregos. Ao contrário, quebra a resistência dos operários contra o fechamento de fábricas, que somente pode dar-se com os meios e métodos próprios dos trabalhadores.

O caminho para defender os empregos é o da luta direta. O que significa organizar a greve e a ocupação da fábrica. Impor, por meio da luta, a bandeira: fábrica fechada, fábrica ocupada. Ao mesmo tempo, por meio da luta, exigir a estatização da Toyota, sem indenização, e impor o controle operário. Para isso, é necessário, desde já, convocar a assembleia geral dos metalúrgicos, em defesa dos empregos, e constituir os comitês de mobilização. E chamar um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa dos empregos, salários e direitos.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY
A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“ Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato.”

LEON TROTSKY
A CONTINUIDADE
DO MARXISMO-LENINISMO

R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

Demissões em massa na Avibras

A empresa brasileira de equipamentos bélicos e de defesa, Avibras, no mesmo dia (18 de março) que entrou com o pedido de recuperação judicial, demitiu 420 operários. Os operários se colocaram em greve, e a direção do Sindicato Metalúrgico/CSP-Conlutas recorreu da decisão patronal, e obteve uma liminar de reintegração. A paralisação foi suspensa. A empresa não acatou a decisão da Justiça. A situação se agravou com o atraso do pagamento, o que obrigou a retomar a paralisação, exigindo o pagamento imediato.

A assembleia de 12 de abril aprovou a continuidade da greve. Disse que a

empresa tem de pagar os salários atrasados, e que terá um prazo até 25 de abril para cumprir a decisão judicial de reintegração dos demitidos.

Como se vê, o sindicato da CSP-Conlutas segue os passos da burocracia cutista de negociar as demissões. A greve se mantém isolada e à mercê da Justiça. As experiências, que são muitas, demonstram que, mais dia ou menos dia, a Avibras imporá as demissões e continuará com o desmonte da empresa. O grave está em que a direção do sindicato propõe, como solução da crise, a abertura de um lay-off ou um Programa de Demissão Voluntária (PDV). Portanto, o

discurso, feito no dia 18 de março, quando do anúncio das 420 demissões, de que defenderia a estatização da Avibras, por se tratar de uma empresa de armamentos, era para “inglês ver”. Em menos de um mês, se colocou por uma “alternativa às demissões”, lay-off e PDV.

Fortalecer a greve dos operários da Avibras. Unificar com os operários da Toyota e com os trabalhadores da CSN, que estão em greve pela reposição salarial. A unidade operária, a greve, ocupações e manifestações de rua são o caminho para enfrentar as demissões e as perdas salariais. Negociação sem luta coletiva é derrota para a classe operária.

Responder ao fechamento de fábricas no ABC com os métodos da classe operária

A região do ABC, que já foi palco de grandes movimentos operários, vem sendo afetada pelo fechamento de fábricas. Nos últimos dez anos, perdeu boa parte de seus principais grupos metalúrgicos e montadoras de veículos. Os trezentos grandes galpões ociosos na região são reflexos disso. O fechamento da Mardell, em 2016; Crioserv, em 2018; da Ford, em 2019; as demissões/lay-off na Volks, em março; o anúncio de saída da Toyota de São Bernardo do Campo, em 2023; e o fechamento de diversas autopeças mostram como o processo de desindustrialização se tem concretizado rapidamente nas sete cidades que compõem a região. Mas, esse processo não é particular. Na região metropolitana de São Paulo, muitos municípios, como Osasco e Guarulhos, tiveram fábricas fechadas. O processo de desindustrialização tem por consequência o avanço do desemprego e da miséria da classe operária.

A produção anárquica capitalista resulta em crise de superprodução. Muita mercadoria, para poucos que podem comprar. E a saída dos capitalistas é fechar empresas, reduzir a capacidade produtiva, e modificar seus planos para manter os lucros. Lembremos que, antes de anunciar o fechamento, a Ford mantinha 50% de sua capacidade produtiva ociosa, o que atualmente acontece também com a Volks, que reduziu pela metade sua produção no

ABC. As multinacionais, para salvar sua taxa de lucro, deixam a região em busca de benefícios fiscais em municípios do interior e menores salários, como faz a Toyota – que manterá sua fábrica em Sorocaba ativa, e investiu na robotização. O mesmo para a Ford, mas em âmbito internacional, que deixou o Brasil e se instalou na África do Sul, com investimento bilionário e produção robotizada, reduzindo assim a força de trabalho.

As multinacionais exploram os trabalhadores até seu adoecimento, e lucram muito; e, quando seus lucros são ameaçados, fecham fábricas e demitem. Utilizam as direções sindicais conciliadoras para demitir, sem que haja uma luta de resistência da classe operária. Esses vendidos submetem aos acordos patronais, como ocorre atualmente na Volks, e se colocam

como um obstáculo à defesa dos empregos e salários.

É necessário que a classe operária e os demais explorados rompam com a passividade imposta pelas direções sindicais conciliadoras. Que exijam dos sindicatos e das centrais assembleias operárias, que criem comissões de fábricas classistas e revolucionárias, além de comitês de luta pelo emprego e salário na região – unificando-as nacionalmente, com um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios.

Somente a classe operária, com seus métodos próprios de luta, poderá defender seus empregos – ocupando as fábricas que ameacem fechar e demitir, impor a estatização sem indenização, e implantar o controle operário sobre a produção. Esse é o caminho para combater os fechamentos de fábrica e as demissões em massa.



Boletim Nossa classe – abril- extraordinário / Fechamento da Toyota**Carta aos trabalhadores, às centrais, aos sindicatos e movimentos**

O Boletim Nossa Classe vem, perante os trabalhadores, defender que o Sindicato Metalúrgico do ABC convoque uma assembleia geral, para organizar a luta contra o fechamento da Toyota. E que a assembleia constitua um comitê de mobilização pelos empregos, salários e direitos trabalhistas. Para isso, é preciso que todos aqueles que estejam, de fato, contra o fechamento da Toyota organizem imediatamente um comitê de luta. Está colocada a unificação do movimento dos companheiros da Toyota com os companheiros demitidos da Volks. A organização de um comitê de base é necessária para impulsionar uma campanha contra o fechamento de fábricas e a favor dos empregos.

O fechamento da planta da Toyota em São Bernardo do Campo é mais um ataque do patronato aos empregos. Estima-se que serão destruídos cerca de 550 postos de trabalho. O encerramento de atividades da autopeças não constitui um fato isolado. Em outubro de 2019, a Ford do ABC fechou suas portas. Em 2021, a multinacional norte-americana abandonou o Brasil, deixando para trás milhares de metalúrgicos desempregados. Poucos meses depois, a LG anunciou o fim de sua planta em Taubaté. De 2015 a 2018, avalia-se que foram fechadas 25.376 fábricas, uma média de 17 por dia. De 2015 a 2020, somando indústria, comércio e serviço, foram fechadas 716 mil empresas.

Diante desse quadro catastrófico, reabriu-se a discussão sobre o processo de desindustrialização que vem atingindo o Brasil. Tamanha regressão econômica resulta em destruição de forças produtivas, inchaço do exército de desempregados e avanço da miséria. O capitalismo mundial, em vez de abrir milhões de novos empregos, vem liquidando postos de trabalho. Os seus reflexos no Brasil são brutais. No entanto, os governantes apoiam as medidas dos empresários, e as direções sindicais se submetem a acordos de demissão.

As multinacionais estão se readaptando tecnologicamente, e, assim, reduzem a força de trabalho em grande escala. O fechamento de fábricas no setor automotivo indica que esse processo

vai se agravar ainda mais, uma vez que atinge amplamente as cadeias produtivas. Os capitalistas e seus governos aproveitaram o terror da Pandemia para destruir milhões de empregos.

Agora, com a guerra na Ucrânia, tudo indica que a crise mundial se prolongará. Os seus sintomas se manifestam na forma de disparada inflacionária. O custo de vida, já insuportável, empurrará ainda mais os trabalhadores para a borda do precipício. A combinação do desemprego e subemprego massivos com o aumento desenfreado do custo de vida intensificará a bárbara situação de milhões de famílias. Os próprios dados do governo mostram que quase 40 milhões de brasileiros vivem na extrema pobreza. Certamente, não é preciso de uma estatística bem apurada para termos consciência do ponto em que chegou a barbárie social. O crescimento de favelas, de sem-teto e de moradores de rua está a olhos vistos.

É urgentíssima a necessidade de organizar um movimento de massa em todo o país, pelos empregos, salários e direitos trabalhistas.

O ponto de partida está pelo fim do fechamento de fábricas; pela defesa da redução da jornada de trabalho sem redução salarial, estabilidade no emprego, reajuste nacional dos salários e das aposentadorias; pela revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária.

Diante do fechamento de fábricas, organizar a sua ocupação, impor o controle operário da produção, e exigir do governo a estatização da empresa sem indenização.

Diante das demissões e do aumento do custo de vida, convocar as assembleias em todos os sindicatos, e constituir os comitês de empregados e desempregados.

O Boletim Nossa Classe defende que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, objetivando a preparação da greve geral pelos empregos, salários e direitos trabalhistas.

Todo apoio à greve na CSN de Minas e Rio de Janeiro***Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta***

Os operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), unidade Congonhas (MG), iniciaram, em abril, um movimento grevista por salários e melhores condições de trabalho. Foram seguidos pelos operários de outras plantas, como em Volta Redonda (RJ). Estes, estão em um duro movimento de greve, enfrentando demissões, cortes de ponto e outras perseguições, desde o dia 5 deste mês.

Os operários têm média salarial inferior a R\$ 2.000; com os descontos, alguns recebem menos que um salário mínimo. Estão há dois anos sem reajuste, e já perderam a cobertura do plano de saúde. Diante desta situação, reivindicam 30% de reajuste para cobrir as perdas, além de aumento no cartão alimentação, PLR e no piso. Além disso, diante das demissões, incluíram em sua pauta a readmissão imediata dos demitidos.

A direção do sindicato, ligado à Força Sindical, faz corpo mole, o que fez os trabalhadores tomarem à frente do movimento. Criaram comissões de base, organizaram atos, intervenções, etc. A última proposta do patrão foi de 8,1% de reajuste, para quem ganha até três salários mínimos, e 5%, para os que ganham mais que isso. Não cobre nem a inflação, que ficou em 10,74%. Essa proposta foi

rejeitada por mais de 6.000 operários.

A atual luta dos operários da CSN tem atrás de si uma longa e importante história. Sem dúvida, a greve com ocupação de fábrica mais importante no Brasil ocorreu pouco mais de um mês depois da promulgação da “Constituição Cidadã”, em 1988. O Brasil passava por uma grande crise, e os trabalhadores da CSN, em Volta Redonda, que já tinham lançado mão desse método, em 1984, voltaram a ocupar a fábrica em 1988, reivindicando reposição salarial diante das perdas da inflação. O fim da ditadura militar já contava três anos, mas isso não impediu o exército de invadir a fábrica, para retirar os operários à força, matando três deles: Walmir Freitas Monteiro e William Fernandes Leite, atingidos por balas de fuzil, e Carlos Augusto Barroso, que teve o crânio esmagado a pancadas. Como podemos ver, o método da ocupação de fábrica eleva o grau de luta entre as classes ao máximo. Isso por que questiona a propriedade, um dos pilares do modo de produção capitalista.

A empresa, que foi privatizada em 1993, hoje tem lucros exorbitantes, mas segue negando o mínimo de condição de vida aos seus trabalhadores. Só em 2021, foram R\$ 13 bilhões de lucro. Para

se ter uma noção melhor dos valores repartidos entre os capitalistas e os trabalhadores, peguemos o caso da CSN Mineração (MG). Nela, no ano de 2021, foram entregues aos investidores R\$ 2,3 bilhões, enquanto aos trabalhadores (soma da massa salarial total de aproximadamente 7.000 trabalhadores, em 1 ano) foram entregues R\$ 0,6 bilhão. Os poucos capitalistas da empresa ficaram com quase quatro vezes o valor dos trabalhadores. Aqueles que de fato produzem a riqueza são os que amargam as piores condições de salário e trabalho. A defesa da greve dos trabalhadores da CSN é

um dever de todos os sindicatos e centrais. O isolamento favorece os capitalistas. A luta unitária nacional fortalece a greve.

O POR trabalha pela vitória dos grevistas da CSN e de outras indústrias que estão, neste momento, em greve. Exige que as direções sociais e políticas convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações, greves e bloqueios, que se coloque pela defesa dos empregos, salários e direitos, como preparação de uma poderosa greve geral no Brasil. É preciso recompor as forças do proletariado, e a classe operária da CSN está mostrando o caminho. ■

Rio Grande do Sul

Aumentam os lucros da burguesia gaúcha à custa da miséria dos trabalhadores

Em 6 de abril, a Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) publicou uma nota, na qual descreveu uma situação que chamou de “crise inédita” do setor, e prenunciou um período de demissões e de rebaixamento salarial dos operários fabris como consequência. Segundo seu presidente, a Pandemia e a guerra na Ucrânia são responsáveis pela imprevisibilidade que a indústria enfrenta, ao gerar anarquia na circulação de suprimentos e variações imprevisíveis do dólar, que implicam a elevação dos preços ou falta de matérias-primas. Por conta disto, sugere aos sindicatos patronais que fiquem atentos às convenções coletivas de trabalho deste ano, pois, possivelmente, os salários não poderão alcançar o INPC.

Assim, decreta que a solução para a suposta crise de lucratividade é lançar na completa miséria a classe operária, aumentando o número de desempregados e a impossibilidade de sobrevivência daqueles que se mantiverem nos empregos. Suposta crise, pois, na mesma semana, foram noticiados os lucros estratosféricos de setores da indústria no estado do RS. Foi apontado um crescimento de 55% no faturamento das principais empresas gaúchas. Só a Gerdau, localizada em Sapucaia do Sul, teve R\$ 78,3 bilhões de faturamento. A Randon, de Caxias do Sul, teve faturamento recorde muito comentado, fechou 2021 com a receita em R\$ 9,1 bilhões, um crescimento de 67%, comparado ao ano anterior.

Os porta-vozes da burguesia alegam que cada setor da indústria reagiu de forma diferente à Pandemia e à guerra na Ucrânia, estes citados teriam inclusive se favorecido com a eclosão da guerra. Favoreceram-se também com a alta do dólar, enquanto a classe operária e os mais pobres afundaram na miséria, devido à alta inflacionária que destruiu os salários. A crise que jogou milhares no desemprego e na informalidade foi lucrativa para os parasitas, afinal.

Não é difícil compreender a partir dis-

so o que permeia as disputas eleitorais que se aproximam. Os partidos envolvidos nas eleições representam frações da burguesia. E falam abertamente dos seus lucros conquistados sobre a decadência social para qual a humanidade foi empurrada, pois, a classe operária e os demais explorados não estão organizados para bater de frente com o parasitismo capitalista.

A CUT e a CTB, no controle da maioria dos sindicatos, há algumas semanas vêm encenando uma vaga denúncia à indisposição das federações patronais em reajustar os salários, diante do aumento do custo de vida, e se mantêm em uma postura passiva, frente à ofensiva sobre nos-

Se a classe operária não paralisar a produção, para defender os salários e os empregos, estará condenada à sarjeta.

sas condições de sobrevivência, perdendo tempo dialogando com os empresários, e esperando que a Assembleia Legislativa do Estado tome providências. Organizaram manifestações no dia 9 de abril, para transformar a miséria em apêndice da campanha eleitoral de Lula.

O único diálogo que o patrão entende é o diálogo das máquinas paradas. Se a classe operária não paralisar a produção, para defender os salários e os empregos, estará condenada à sarjeta. As centrais sindicais vêm usando as organizações operárias como palanque eleitoral há décadas, e mais uma vez estamos assistindo estas direções querendo nos empurrar políticos requentados como solução para a situação de degradação, na qual estes mesmos nos afundaram. O papel das centrais sindicais deveria ser o de organizar a luta da classe operária e demais setores explorados, convocar assembleias, construir a greve unificada, e não servir de canal para candidaturas nas eleições. Essa postura das direções sindicais coloca como urgente a formação de uma oposição sindical classista, para se contrapor a este caráter conciliador das atuais direções, que apenas favorecem os patrões.

Capitalistas usam a pandemia e guerra na Ucrânia para ampliar a exploração

O que estas entidades patronais não revelam é que, por trás do avanço da Pandemia, também se encontram os interesses da burguesia em seus lucros. A vacinação universal não pode ser realizada, porque há interesses da indústria farmacêutica controlada pelos monopólios, que visam a explorar o máximo possível este mercado. Por isso, um continente inteiro, como a África, ainda não foi vacinado nem com a primeira dose, enquanto as vacinas mofam em estoques dos países imperialistas.

A guerra na Ucrânia, apontada como outro motivo para a crise, também é fruto dos interesses da burguesia. O avanço da OTAN, liderada pelos EUA, sobre o leste europeu, nada mais é do que a necessidade da burguesia imperialista de enfiar suas multinacionais em território russo, e transformar aquele país em sua semicolônia, garantindo o crescimento dos seus lucros e sua dominação econômica mundial. A Rússia responde com os mesmos métodos do imperialismo norte-americano, através do bombardeio e da opressão nacional, porque não pode recorrer à classe operária e aos explorados da região para combater o avanço do imperialismo, pois, ela é governada por uma burocracia restauracionista do capitalismo, ou seja, inimiga da classe operária.

Como vemos, todo choro do empresário em torno à crise econômica esconde a responsabilidade que sua própria classe tem perante a situação. É inadmissível que toda esta crise seja despejada sobre nós, e aqueles que defendem que aceitemos esse destino, e esperemos eleições, devem ser combatidos, por serem traidores dos explorados. ■

Rio Grande do Norte / **Greve pelo repasse do Piso Nacional**

Os professores municipais da capital decidiram, em assembleia massiva, o início da greve em 28 de março. No mesmo dia da deflagração de greve, foi realizada uma passeata até a sede da prefeitura, que exigia uma reunião urgente com a Secretaria da Educação, que já havia cancelado outras reuniões. Diante da prefeitura, os manifestantes também exigiram que uma comissão fosse recebida pelos representantes do prefeito, que estava ausente. Como não havia resposta, os grevistas bloquearam a rua em frente à prefeitura. O que forçou a decisão de receber a comissão de professores. A única decisão desse encontro foi a marcação da reunião para dois dias depois, na Secretaria da Educação.

Nesse meio tempo, o prefeito, Álvaro Dias, agendou um evento eleitoral na escola Noilde Pessoa Ramalho, na comunidade da África, zona periférica da cidade. Os professores dessa escola se reuniram com os pais, para informar sobre a necessidade da greve, e também convocá-los para um protesto, durante a vinda do prefeito à escola. Esse protesto contou com os professores da escola e pais, além do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte-RN), mas o prefeito não compareceu.

No dia seguinte, ocorreu a reunião com a Secretaria da Educação. A reunião contou com a presença de cerca de cinquenta professores da base, Sinte-RN, além de quatro vereadores: Divaneide Basílio e Brisa Brachi (PT), Pedro Gorki (PCdoB), e Robério Paulino (PSOL). No entanto, nenhuma proposta foi apresentada.

No dia 30, foi montado um acampamento em frente à prefeitura, onde uma parcela dos grevistas permaneceu de quarta à sexta, das 8:00 às 17:00 horas, mas isso não surtiu efeito, porque o prefeito está intransigente. Na semana seguinte, diante de um PL que seria enviado para a Câmara de Vereadores, e que congelava o salário de forma permanente, e concedia um mísero reajuste para menos de 1% da categoria, o acampamento mudou para a Câmara. Diante da pressão, os vereadores adiaram temporariamente a votação. Além da intransigência do prefeito, os grevistas enfrentam a decisão judicial de retorno ao trabalho, sob a pena de multa diária de R\$ 10 mil, por dia, ao sindicato.

A Corrente Proletária intervém na greve, defendendo o fortalecimento do movimento. A política de acampamentos e “convencimento” de vereadores já demonstrou que não levará à vitória. Ao contrário, levará ao cansaço e ao isolamento. Nesse sentido, é preciso que a assembleia aprove a constituição de comandos de greve, para que todas as escolas estejam fechadas. Que as manifestações de rua sejam quase que diárias, com a presença de pais e alunos e outros explorados. É que as centrais e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa dos salários, empregos e direitos trabalhistas. Somente será possível quebrar a intransigência do prefeito Álvaro Dias com o fortalecimento da greve. Pelo pagamento imediato do reajuste do Piso Nacional! ■

Rio Grande do Norte

Boletim da Corrente Proletária da Educação

No Boletim, constam dois balanços das greves encerradas dos trabalhadores em educação do estado do Rio Grande do Norte e de São Gonçalo do Amarante, respectivamente; além do caso da perseguição a uma professora do estado, que continua indefinido, bem como um texto sobre a guerra na Ucrânia e um trecho da Carta do POR à juventude, explicando por que a juventude oprimida deve lutar contra a guerra na Ucrânia.

Em relação ao balanço da greve dos trabalhadores em educação do RN, o boletim denuncia que o governo Fátima (PT) agiu com desprezo, pois não cumpriu a promessa de pagar o Piso Salarial dos professores. A governadora silenciou enquanto a categoria exigia algum pronunciamento. Tal mutismo, na verdade, tinha uma motivação: ganhar tempo e esperar que o governo Bolsonaro rebaixasse o valor do Piso, o que acabou não

acontecendo, deixando a governadora numa saia justa. Só após isso, a máscara do governo petista finalmente caiu, e a categoria teve de deflagrar a greve em 14 de fevereiro. No entanto, a greve esbarrava na política governista da direção sindical, que teve o papel de evitar ao máximo possível o desgaste do governo petista, chegando a assumir posições rebaixadas de parcelamento do piso, bem como em sabotar o método de ação direta contra o governo. A Corrente Proletária atuou na greve, defendendo a independência política da categoria, e levantou a construção da unidade com os demais professores dos municípios da grande Natal, para conquistar o pagamento integral. Diante de uma direção governista, o boletim apontou a necessidade da construção de uma fração revolucionária na educação básica, com trabalhadores que encarnem a ciência marxista como meio de luta prá-

tica contra a opressão capitalista.

O balanço da greve dos educadores de SGA/RN foi importante, para mostrar que, numa greve, há sempre forças centrípetas, que desorganizam e desmobilizam a luta, em prol de interesses alheios aos do movimento. Foi o caso da política do PT e PCdoB, que defendeu o parcelamento do Piso Salarial, em contraposição à luta pela integralidade. Apesar de a direção do sindicato (Muda SINTE/ PSTU) ter votado favorável ao pagamento integral do Piso, os servidores perceberam que a condução da direção não estava à altura do movimento. O resultado foi que a base acatou as propostas rebaixadas da fração liderada pelo PT. A Corrente Proletária interveio, também, defendendo a integralidade do Piso, a pauta dos funcionários de escola, e levantou-se contra o fechamento do EJA, por meio do método da ação direta, com independência política perante o prefeito. ■

Rio Grande do Norte / **Reitoria da UFRN tenta instituir regime de trabalho por tarefa e teletrabalho para servidores**

No dia 12 de abril, a reitoria da UFRN, por meio da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, realizou uma reunião com os servidores, para anunciar a proposta do “Programa de Gestão de Trabalho” para a universidade. O “Programa de Gestão” institui a modalidade de teletrabalho de forma “opcional” para os servidores, o que, por si só, já é um retrocesso nas condições de trabalho deles, uma

vez que desvincula o servidor do seu local de trabalho, enfraquece a organização coletiva/sindical, repassa os custos com o trabalho (energia, água, internet, equipamentos, ergonomia) para o servidor, acaba com a separação entre vida profissional e pessoal, acentuando assim o peso das tarefas domésticas, principalmente sobre as mulheres. Além disso, o caráter “opcional” divide a categoria,

cria uma concorrência entre o regime presencial e o de teletrabalho, que favorecerá, em última instância, o teletrabalho.

Não bastando isso, a proposta do “Programa de Gestão de Trabalho” tem como principal objetivo substituir o trabalho por jornada, pelo trabalho por tarefa para todos os servidores técnico-administrativos, seja na modalidade presencial ou teletrabalho. O registro da jornada por meio do ponto eletrônico estaria dispensado, e os técnico-administrativos passariam a contabilizar sua frequência por meio de “entregas” (tarefas cumpridas), de modo que o conjunto das “entregas” se converteria, no final de cada mês, em registro de frequência.

Trata-se de um ataque sem precedentes nas condições de trabalho dos servidores. É a destruição de um direito histórico conquistado pelos assalariados na própria CLT, que é o direito a trabalhar por jornada de trabalho. A modalidade de trabalho por tarefa é retroceder em mais de cem anos de direitos trabalhistas, à uma condição análoga ao trabalho fabril por peça, em que o salário do operário é mensurado em função das peças produzidas por ele.

Em uma situação de redução do quadro efetivo de servidores, em que muitos se aposentam, mas não se repõem as vagas, a tendência é que haja uma sobrecarga cada vez maior dos servidores. Com a destruição da jornada de trabalho, sem haver a delimitação das 8 horas de trabalho, os servidores poderão ter de trabalhar 9, 10, 11 horas, para atingir as “entregas” (metas), sem que essas horas excedentes sejam sequer contabilizadas.

O discurso ideológico da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas é de que haveria uma mudança no mundo do trabalho, que não há mais volta, que nessa modalidade por tarefa o servidor terá mais autonomia, que será valorizado o trabalho do servidor, etc. Na

verdade, trata-se da implementação da Reforma Trabalhista, que instituiu o teletrabalho e o trabalho por tarefa, e uma adaptação aos cortes de gastos do governo na educação, que implicará em redução do quadro de servidores e superexploração dos que ficam, tudo isso com o objetivo de pagamento dos juros da dívida pública. A situação dos servidores do INSS, de metas abusivas, teletrabalho e adoecimento ocupacional por excesso de tarefas, é um exemplo do que está por vir.

Uma parcela significativa dos servidores, pensando nos efeitos a curto prazo, são levadas pela reitoria a aceitar o teletrabalho e a modalidade por tarefa, sob a justificativa de não perder o tempo e os custos de deslocamento para o trabalho, poder terminar as tarefas e ficar livre mais cedo, e ter mais tempo para lazer, família e estudo. O que não perceberam ainda é que, a médio e longo prazo, a sobrecarga virá e, junto com ela, ter que trabalhar bem mais que 8 horas diárias.

O sindicato tem um papel importante em derrotar a política da reitoria. Lamentavelmente, a direção do sindicato está colaboração direta com a reitoria, participando, junto com a PROGESP, da elaboração da proposta.

A Corrente Proletária na Educação tem aproveitado para realizar o combate à proposta do teletrabalho e da modalidade por tarefa. Tem defendido que o sindicato (SINTEST) chame uma assembleia para deliberar uma luta pela derrubada dessa proposta. E tem feito propaganda nos setores para convencer os servidores pela rejeição ao “Programa de Gestão do Trabalho”. Nada de teletrabalho! Abaixo o regime de trabalho por tarefa! A luta deve ser pela redução da jornada sem redução de salário! Retomar a luta histórica da categoria pelas 30 horas para todos já! E construir a greve do funcionalismo federal pela recomposição salarial! ■

São Paulo

Servidores demonstram disposição de luta

Que as direções sindicais organizem a greve

Os servidores municipais de São Sebastião/SP reivindicam um reajuste de 40%, para recompor as perdas causadas pela inflação dos últimos anos, entre outras reivindicações. Nos dois últimos anos, durante a Pandemia, o prefeito aproveitou para arrochar ainda mais os salários. A situação se tornou insuportável.

O descontentamento dos servidores públicos é grande. As assembleias expressivas demonstram disposição de luta. Agora, é preciso ir além, retomando as experiências das campanhas vitoriosas de 2014/2016, com paralisações e atos nas ruas, para arran-

car da prefeitura as reivindicações. O momento é agora, quando as greves de servidores ocorrem em vários municípios e estados. Para isso, é preciso que a direção do sindicato trabalhe para que haja uma greve forte. Sem a luta grevista, o prefeito não atenderá as reivindicações.

A Corrente Proletária intervém defendendo os métodos dos explorados, greves, manifestações de rua e bloqueios. E impulsiona a campanha por um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, por empregos, salários e direitos trabalhistas. ■

Pernambuco / Manifesto da Corrente Proletária na Educação

Um chamado à FASUBRA, ao SINASEFE e ao ANDES-SN pela deflagração da greve!

Unificar com a greve do INSS pela recomposição salarial de 19,99%!

Erguer os comitês presenciais de mobilização e greve!

Os servidores públicos federais já amargam vários anos de defasagem salarial. Os efeitos econômicos da pandemia, e agora a disparada dos preços de alimentos e combustíveis, decorrentes das sanções econômicas dos EUA sobre a Rússia, tornaram mais grave as condições de vida do funcionalismo federal, assim como dos demais explorados.

A retomada da campanha salarial ocorre após quase dois anos de dissolução das entidades no mundo virtual. É importante lembrar do dia 18 de março de 2020, dia nacional de luta, impulsionado pelas entidades da educação, mas que foi cancelado, diante da submissão das direções sindicais à política do “fique em casa”. As assembleias e atos virtuais se mostraram inócuos para defender

as condições de vida do funcionalismo. Diante do retorno gradual às atividades presenciais na educação, as direções sindicais ainda não romperam totalmente com os métodos virtuais, algumas ainda realizando assembleias virtuais ou híbridas, realizando atos por delegação, o que é um obstáculo para a retomada da mobilização e construção da greve.

A alta inflacionária, que corrói o poder de compra dos assalariados, já seria o motivo para uma greve do funcionalismo federal em torno da recomposição salarial. No entanto, o agravamento das condições de vida do funcionalismo não foi suficiente para as direções nacionais retomarem a discussão da greve. Passaram-se três anos de governo Bolsonaro, e o que vimos foi a total passivi-

dade das entidades sindicais do funcionalismo em torno da pauta do reajuste. O Ministro da Economia Paulo Guedes chegou a elogiar o “patriotismo” dos servidores, que aceitaram o arrocho sem reclamar. Apenas depois da promessa de Bolsonaro, feita no final de dezembro de 2021, de conceder reajuste somente para os Policiais Federais, as direções nacionais que integram o FONACATE (Anfip, SindFisco, SindLegis, etc.) e FONASEFE (Fasubra, Andes-SN, Sinasefe, Fenasps etc.) retomaram a discussão da campanha salarial unificada.

Breve histórico da campanha salarial

A pauta unificada de recomposição dos 19,99% foi protocolada pelo FONASEFE no Ministério da Economia, no dia 18 de janeiro de 2022. Desta data, até meados de março, predominaram as lives e plenárias virtuais por parte das entidades nacionais. A primeira data de início da greve, 9 de março, foi cancelada e substituída pela constituição virtual do “Comando Nacional de Mobilização” do FONACATE e FONASEFE. Somente no dia 16 de março é que as entidades iniciaram uma pressão pela negociação, com a vigília e atos na frente do Ministério da Economia. O dia 23 de março, definido pelo FONASEFE como nova data para início da greve, foi cancelado em cima da hora. A Fenasps (servidores do INSS e saúde), no entanto, cumpriu a data de 23 de março, e iniciou a greve, sofrendo o isolamento por parte das demais entidades.

A resposta do governo Bolsonaro ao FONASEFE, em 1º de abril, de que não irá negociar, já era esperado. Sem uma greve do funcionalismo federal, o governo não irá negociar, muito menos conceder a recomposição salarial. Isso não era surpresa para ninguém. O que realmente importava era qual seria a atitude do FONASEFE para quebrar a intransigência do governo.

Após a resposta do governo, o FONASEFE realizou nova reunião, em que as entidades sindicais decidiram por chamar os servidores à “adesão à greve por tempo indeterminado”. No entanto, apesar de repetirem várias vezes a palavra “greve”, não há empenho na construção dos comitês locais presenciais de mobilização e nenhuma data que indique o início da greve. O que vemos, na verdade, é o FONASEFE postergar, semana após semana, o início da greve unificada dos servidores públicos federais, deixando assim o campo livre para o governo manobrar.

O cancelamento dos dias 09 e 23 de março, a passividade diante da prepotência do governo Bolsonaro e o isolamento da greve da Fenasps (INSS) pelas demais entidades é a demonstração de que o FONASEFE está esgotado, que fracassou em encaminhar o início da greve unificada do funcionalismo federal.

Os impasses do governo Bolsonaro só aumentam, enquanto a greve do INSS segue isolada. Uma eventual derrota da greve do INSS servirá como uma pá de cal na campanha salarial unificada dos servidores públicos federais. Devemos trabalhar ativamente pela vitória do movimento grevista, o que exige construirmos a greve nas nossas categorias. Não há mais nada a esperar! As entidades nacionais (Fasubra, Andes-SN, Sinasefe etc.) devem realizar, em caráter de urgência, suas assembleias locais e plenárias nacionais de base, PRESENCIAIS, e deflagrar a greve, unificando com a greve dos servidores do INSS pela recomposição salarial!

A pauta unificada de recomposição salarial de 19,99%

Já são cerca de cinco anos, em que a maior parte dos servidores não tem nenhum reajuste salarial. Calcula-se que, para repor todas as perdas salariais desde 2011, se necessitaria de um reajuste de aproximadamente 49%.

A bandeira da recomposição salarial de 19,99%, portanto, já é uma bandeira rebaixada, diante das perdas salariais acu-

muladas nos últimos onze anos. Corresponde apenas às perdas salariais durante os três primeiros anos do governo Bolsonaro (de 2019 a 2021).

O governo, que se recusa a negociar com os servidores, inicialmente divulgou na imprensa que concederia um aumento de 400 reais no auxílio-alimentação. Essa esmola, além de não ser incorporada na carreira (podendo ser retirada a qualquer momento), exclui os aposentados. Logo em seguida, o governo anunciou a possibilidade de conceder 5% de reajuste a todos os servidores, o que também soou como uma esmola ao conjunto das categorias.

A verdade é que o governo Bolsonaro se debate no impasse entre, por um lado, conceder o reajuste apenas para os policiais federais, e ter de enfrentar a revolta do restante do funcionalismo, ou, por outro lado, conceder uma esmola para todas as categorias, o que igualmente teria o repúdio dos servidores e seria insuficiente para reverter em saldo eleitoral.

Diante dos impasses do governo, as direções nacionais têm vacilado em torno da reivindicação, no que diz respeito a supostas restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei das Eleições, quanto à concessão de reajustes salariais no ano da eleição. O que demonstra uma inconsequência das direções nacionais em defender a própria reivindicação unificada, dos 19,99%, e a bandeira, várias vezes repetida nos discursos, de que “não se trata de aumento, mas sim de recomposição salarial!”.

Nada que recuar na nossa reivindicação! Nada de vacilação! Por Plenárias Nacionais de base presenciais para deflagração da greve na Fasubra, Andes e Sinasefe! Construir uma greve ativa, massiva e mobilizada, para arrancar do governo a recomposição salarial de 19,99%!

Por um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios

Passamos por uma situação de guerra, na Ucrânia, que tem resultado no agravamento na fome e miséria dos explorados em geral. As sanções dos EUA à Rússia prejudicam, não só os explorados russos, mas do mundo todo.

Já começa a haver explosões de revolta, como é o caso do Peru que, apesar de ser governado por um governo dito de “esquerda”, oriundo do movimento sindical e camponês, tem implementado uma política de proteção à propriedade privada e aos interesses gerais do imperialismo. O governo de Castillo teve de enfrentar intensos protestos e bloqueios de rodovias, contra o aumento do preço dos combustíveis e alimentos.

Os explorados do Peru apontam uma tendência de luta, diante dos efeitos da crise econômica, da Pandemia e da guerra, sobre a vida das massas. Aqui no Brasil, temos exemplos como as greves dos garis e metroviários no RJ, as lutas dos operários da Toyota e da CSN contra as demissões e por reajuste, e as lutas por moradia e as lutas do magistério pelo repasse do Piso Nacional. Isso mostra a necessidade urgente de unificar as lutas em torno de uma plataforma única de luta por empregos, salários e direitos.

A Corrente Proletária na Educação (CPE) faz um chamado às centrais sindicais, sindicatos e movimentos populares pela construção de uma pauta única de reivindicações, e convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como um primeiro passo para a construção da greve geral!

No interior das instituições da rede federal de ensino, é preciso unificar estudantes, professores e técnico-administrativos, em assembleias e comitês unificados presenciais, em defesa das condições de estudo e trabalho.

É necessário vincular a luta pelas reivindicações com a campanha pelo fim da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, revogação das medidas econômico-financeiras ditadas por Biden, autodeterminação, integridade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia! ■

Rio de Janeiro

Aumento das passagens*É preciso que o movimento operário e popular lute por um programa de defesa das condições de vida*

Há alguns meses, a MetrôRio e a Supervia, duas empresas ferroviárias, responsáveis pelos transportes de metrô e trem no Rio de Janeiro, decretaram falência. Com isso, pediram a ajuda do governo do Estado para o financiamento de suas dívidas. E, para que houvesse um acordo, ambas as partes deveriam tomar providências, no caso das empresas, o preço da passagem.

Em fevereiro, o MetrôRio e o governo do estado anunciaram o princípio de uma negociação com outra argumentação, citando um ajuste de 12%, que seria convertido em investimentos em malhas metroviárias, melhores condições de trilhos, e maior segurança na operação. A tarifa, de R\$ 5,80, iria para R\$ 6,80. Como se anunciasse uma vitória, no dia 2 de abril, o MetrôRio comunicou que conseguiu juntamente com o governo uma diminuição de R\$ 6,80 para R\$ 6,50, que é a nova tarifa do metrô, maior valor do Brasil.

A Supervia, empresa responsável pelos trens, que acabam ligando zonas dos subúrbios do Rio de Janeiro, que serve os bairros proletários, afirma sua falência, e pede um aumento da passagem, de R\$ 5,00, para R\$ 7,00. É comum ouvir dos passageiros, diante das péssimas condições, expressões como: “ainda querem aumentar o preço”; “quando a passagem era 50 centavos, não tinha ar condicionado, mas o trem funcionava melhor, agora querem aumentar para 7 reais e ainda vive parando?”. Essa situação tem

levado a constantes protestos espontâneos dos trabalhadores.

A Supervia usa o argumento de furto de cabos para as complicações e interrupções nos serviços, mas, segundo uma investigação do próprio governo, se a quantidade de cabos furtados fosse igual as relatadas, não haveria circulação dos trens. Ainda segundo ele, o governo impediu que a passagem fosse para os R\$ 7,00. Essa movimentação, totalmente atípica, do governo de Castro, que já sinalizou uma tentativa de reeleição ao governo do RJ, não passa de uma manobra eleitoral, ainda mais pelo fato dos bairros, que dependem dos serviços dos trens da Supervia, serem proletários, alvos dos políticos burgueses.

O transporte no Rio é sucateado, já passou pela demissão em massa dos cobradores, e amarga a passagem mais cara do Brasil, mas isso não parece ser suficiente para que essas direções políticas (centrais sindicais, sindicatos e movimentos populares e partidos) organizem uma luta conjunta pelos empregos, salários, direitos e contra a carestia de vida, o que inclui o preço do transporte.

O POR denuncia a precariedade dos transportes públicos, os altos preços das passagens, e os enormes subsídios do governo às empresas de transporte. Faz campanha pela estatização do transporte público e seu controle pelos que trabalham e usam esse meio de locomoção. Faz parte dessa campanha, também, a reivindicação de passe livre aos estudantes, desempregados e idosos. ■

São Paulo

Estudantes se movimentam contra a manutenção do EaD

Após dois anos de suspensão das aulas presenciais, a direção do campus São Paulo do IFSP determinou o retorno das aulas, a partir do primeiro semestre letivo de 2022, iniciado no dia 10 de março. Faltando menos de 24h para o primeiro dia de aula, a direção do campus São Paulo do IFSP publicou um comunicado, suspendendo temporariamente o retorno presencial, considerando que a reforma em andamento ainda estava em curso, e prejudicaria as aulas. Assim, foi convocada uma assembleia estudantil para o dia 14 de março, quando foi exigido o comprometimento da direção do campus, de que realmente as aulas retornariam presencialmente no dia 21 de março, dentre outros pontos.

A Corrente Proletária interveio na assembleia, expondo nossa posição contrária ao EaD, e distribuindo a declaração contra a guerra na Ucrânia e o Boletim Juventude em Luta. Identificamos que houve uma mudança na posição da UP, que dirige o movimento estudantil no IFSP, e não organizou a luta contra a implementação do EaD. Não custa lembrar

sua defesa do “Fique em Casa”, em oposição à necessidade de constante organização coletiva das massas, como o debate “A situação da Juventude na crise econômica e sanitária”, promovido pelo SINASEFE-SP, com a participação do POR e da UP, em maio de 2020.

Antes do semestre iniciar, uma turma do curso de pós-graduação em Docência na Educação Superior se mobilizou pela manutenção do EaD, alegando que estão no último semestre de disciplinas do curso, e que diversos estudantes não conseguiriam cursar as disciplinas, se fossem ofertadas de forma presencial. Os estudantes elaboraram e enviaram uma carta ao Colegiado do Curso, o qual se mostrou receptivo, e encaminhou a demanda à Direção do campus. Na primeira semana, a turma não frequentou as aulas presenciais, na tentativa de pressionar uma posição favorável. Ainda assim, a burocracia se colocou contrária à manutenção do EaD, apoiando-se na legislação. Apesar desse posicionamento pontual da burocracia pelo ensino presencial, essa movimentação dos estudantes da pós mostra o

quão fundo tem penetrado o EaD, como tem sido assimilado por uma parcela dos estudantes. Por outro lado, tem mostrado quão distante estão as direções do movimento estudantil.

O POR teve a clareza da limitação desse movimento, o que nos levou a não subscrever a carta. Isso por que o POR tem uma posição de princípio contra o EaD. E sabia, desde o primeiro momento, que essa carta seria apenas formal, pois, virtualmente, com as pessoas atomizadas em suas casas, não é possível reunir as forças sociais e políticas para pressionar as burocracias e os poderosos. É sintomático que todos os movimentos virtuais, durante a Pandemia, tenham sido derrotados. O fracasso dessa pequena movimentação é mais uma confirmação dessa caracterização. Está na ordem do dia a necessidade de organizar uma ampla campanha contra o EaD em todos os níveis de ensino, convocando as assembleias presenciais, e unificando a luta dos estudantes com os funcionários e professores, e de constituição do governo tripartite, formado por estudantes, professores e funcionários. ■

São Paulo – ABC

É preciso que a direção convoque uma Assembleia Estudantil da UFABC, para organizar a luta

Convocada pelas redes sociais do DCE, a assembleia pelo retorno presencial ocorreu no dia 3 de abril, um domingo. A assembleia não foi massiva, contou, especialmente, com estudantes que ingressaram na universidade durante o período pandêmico e de suspensão das aulas e atividades presenciais, de forma que, para a assembleia, representou a primeira atividade presencial na universidade. Das correntes políticas, somente estiveram presentes nós e a UP, que dirige o DCE. O POR esteve presente com seu manifesto rechaçando o EaD e defendendo um Dia Nacional de Lutas, junto à sua carta à juventude, que chama a juventude a lutar contra a guerra na Ucrânia.

Na apresentação, a mesa comunicou o retorno presencial – processo que vem sendo conduzido pelo Conselho Universitário (ConsUni) –, citou a ‘luta’ do DCE no último período, e deu o tom político da assembleia, afirmando que estamos no momento de fortalecer a luta pelo “Fora Bolsonaro” para “pôr fim a esse governo fascista”. Um membro da gestão do DCE informou que, com o retorno presencial, haverá eleições para renovação da gestão, visto que a atual prorrogou o seu mandato durante a suspensão das aulas presenciais, e leu uma carta enviada pela direção da Associação dos Docentes (ADUFABC), na qual comunica que não puderam comparecer presencialmente, mas que veem um momento fundamental para a união das categorias para um retorno presencial gradual, de forma segura e inclusiva. No decorrer das intervenções, informou-se que o DCE chamou a ADUFABC e o SinTUFABC, mas o SinTUFABC não concordou em participar da assembleia.

A primeira intervenção na assembleia, além de ressaltar a importância do retorno presencial, tentou responder à crítica colocada pelo POR em seu manifesto. A militante da UP ressaltou que aquela era a segunda Assembleia Estudantil presencial e que o movimento estudantil da UFABC foi um dos primeiros a retomar as assembleias presenciais. Ignorou o fato de que a direção do DCE aceitou a imposição do EaD pela burocracia universitária, e suspendeu completamente as assembleias presenciais por mais de um ano. Nas intervenções da UP, pela direção do DCE, enfatizaram a necessidade de: 1) apoiar o retorno presencial para defender a universidade e enfrentar o governo Bolsonaro; 2) criar grupos de trabalho sobre o restaurante universitário, o transporte intercampi e a moradia estudantil; 3) criar o “Comitê Fora Bolsonaro – Estudantes contra o fascismo”; 4) lutar pelo poder popular. Um representante da pós-graduação defendeu que precisamos “eleger candidatos comprometidos com a educação”.

O POR defendeu o método e a independência de classe dos explorados. Afirmou que a aplicação do isolamento social, do EaD e o desenvolvimento do movimento Fora Bolsonaro, deu-se à margem das massas trabalhadoras. Na UFABC, o ConsUni, controlado pela Reitoria, com ínfima representação estudantil, impôs e modificou regras de acordo com seus interesses. Nacionalmente, o movimento Fora Bolsonaro esteve à margem dos trabalhadores organizados, buscando a substituição de um governo burguês por outro, antes pelo impeachment, hoje pelas eleições. O essencial é mobilizar os trabalhadores a partir de suas próprias reivindicações, parando a produção, fazendo manifestações e unificando os explorados. Várias categorias se estão mobilizando. Assim, é preciso: 1) convocar uma assembleia universitária, reunindo a comunidade acadêmica para discutir e decidir sobre os rumos da universidade; 2) construir um “Comitê de Luta da UFABC”, para mobilizar tanto estudantes como trabalhadores; 3) impulsionar um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios.

A mesa solicitou que propostas de encaminhamento fossem entregues por escrito à mesa. O POR entregou as seguintes propostas: 1) uma posição contra a guerra na Ucrânia; 2) um Comitê de Luta; 3) um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios; 4) e como estratégia, levantou a bandeira de abaixo o governo Bolsonaro, por um governo operário e camponês.

Ao fim das intervenções, a mesa leu todas as propostas e destacou as propostas do POR. As demais foram aprovadas.

Em relação a guerra da Ucrânia, colocamos a importância de se posicionar de forma contrária por se tratar de uma guerra de dominação, mas acabamos retirando a nota, visto que a assembleia não havia discutido o tema. Quanto ao Comitê de Luta, explicamos que se trata de organizar a comunidade contra a precarização provocada pelos cortes e o EaD, pela garantia da permanência estudantil (transporte, RU, moradia etc.), e para permitir que os estudantes e trabalhadores decidam sobre o destino da universidade, afinal, estivemos completamente alheios das decisões até aqui. Acrescentamos que esse comitê não elimina a luta geral pela derrubada do governo Bolsonaro, o que muda é a estratégia, pois o movimento Fora Bolsonaro busca a substituição de um governo burguês por outro. A UP fez a defesa contrária argumentando que o “Comitê Fora Bolsonaro – Estudantes contra o fascismo” já estava aprovado, e não tinha sentido aprovar outro comitê, e que não querem um governo de direita – ou seja, querem um governo burguês de esquerda. Foi aprovada a supressão da nossa proposta. Com respeito ao Dia Nacional de Luta, a UP sugeriu trocar a expressão “por um...” por “os estudantes da UFABC entendem a importância de...”. Aceitamos a adaptação para que a proposta do dia nacional de luta fosse aprovada. Por fim, quanto à formulação “Abaixo o governo Bolsonaro. Por um governo operário e camponês”, ressaltamos que a defesa do Fora Bolsonaro sem apontar claramente a luta pelas reivindicações recai no movimento de frente ampla com a burguesia, que agora está em torno da chapa Lula-Alckmin. A UP continuou com falas abstratas a respeito do genocídio e do fascismo, ocultando sua estratégia eleitoral, que fomenta ilusões democratizantes e desvia o movimento de massas para o parlamento burguês.

O DCE divulgou os encaminhamentos da Assembleia através dos meios virtuais. Além de imprecisões, os informes expressam uma decisão burocrática da direção, que não divulgou a nota pelo Dia Nacional de Luta, aprovada na Assembleia, isso quando diversas categorias estão se mobilizando, inclusive o funcionalismo federal.

A assembleia não serviu para organizar a luta dos estudantes e demonstrou: 1) a incoerência e ausência de autocritica da UP que aceitou o EaD, suspendeu as assembleias presenciais, e foi conveniente com a burocracia universitária, além de seu burocratismo na condução da assembleia; 2) o gigantesco retrocesso provocado pela dissolução das entidades e movimentos na UFABC, especialmente com o SinTUFABC, único sindicato filiado à CSP-Conlutas no ABC, hoje agarrado à política individualizante do trabalho remoto; 3) a caracterização inconsequente do governo Bolsonaro como fascista, quando, por conta própria, diante da Pandemia, as direções cancelaram o Dia Nacional de Luta de 18 de março de 2020, fecharam as entidades, e deixaram o caminho livre para o governo fascista aprovar as medidas anti-operárias no Congresso Nacional, sem necessidade alguma de constituir um regime fascista; 4) a necessidade de constituir direções classistas e democráticas, que impulsionem as lutas e busquem a unidade dos explorados em torno de um programa independente. ■

São Paulo

Realizada assembleia dos estudantes da USP-Butantã

Organizações estudantis seguem na defesa do eleitoralismo e da política de subordinação à reitoria

Em 5 de abril, ocorreu a primeira assembleia geral presencial dos estudantes das USP no Campus Butantã em mais de 2 anos. A assembleia, contudo, foi esvaziada, uma vez que as direções estudantis não se empenharam em realizar sua convocação.

Nesse contexto, a direção do DCE (PT/PCdoB) propôs uma carta de reivindicações, que preveem uma reforma sob o controle da reitoria, cujos interesses privatistas em torno ao CRUSP são mais do que claros, a criação uma comissão paritária para supostamente melhorar a administração dos restaurantes privatizados, além de ter ido à SPTRANS para reivindicar a ampliação de linhas de ônibus que passam pela USP, nas quais os estudantes não têm o passe livre garantido pela universidade.

A Corrente Proletária Estudantil, por outro lado, tomou proveito dos instantes iniciais da assembleia, em que ainda havia alguns estudantes de base presentes, e defendeu as reivindicações sobre as quais o movimento deveria se orientar: i) Contratação de novos funcionários e professores, com efetivação dos terceirizados; ii) Controle estudantil sobre a reforma do CRUSP; iii) Devolução dos blocos K e L (blocos que historicamente já pertenceram ao CRUSP); iv) Reintegração dos restaurantes universitários privatizados e construção de novos restaurantes universitários; v) Ampliação da frota de circulares. Além disso, a Corrente Proletária propôs que essas reivindicações deveriam ser defendidas em um ato em frente à reitoria, que já havia sido proposto de ocorrer para entregar a carta de reivindicações do DCE.

As direções e demais correntes estudantis não tiveram coragem de se opor às reivindicações da Corrente Proletária Estudantil diante de parte dos estudantes de base, o que explicitaria sua política oposta aos interesses do movimento. Contudo, após a assembleia, a direção petista do DCE, de forma antidemocrática, suprimiu da ata essas reivindicações aprovadas por consenso, por

estarem em oposição à carta de reivindicações por eles proposta, que prevê uma política de conciliação.

Quando chegou o momento de defender a intervenção do movimento estudantil da USP no ato nacional ocorrido no dia 9, a assembleia já estava mais esvaziada, somente com a presença das correntes estudantis. A Corrente Proletária propôs bandeiras que expressavam uma política de independência de classe dos explorados diante da crise, em oposição ao desvio para o eleitoralismo: i) Não subordinar o movimento à saída eleitoral! Por uma resposta à crise pelos métodos da luta de classes; ii) Por um dia nacional de lutas, com bloqueios e paralisações na produção, em direção à greve geral por empregos e salários, contra o fechamento de fábricas e em defesa do ensino público, científico, laico, gratuito e vinculado à produção social. Contudo, o predomínio das organizações eleitoreiras, centristas e reformistas resultou na aprovação da bandeira eleitoral “USP pelo Fora Bolsonaro: Contra a fome e o desemprego, em defesa da educação”.

Por fim, a Corrente Proletária Estudantil, assumindo a campanha internacional do Cerqui, propôs uma moção em torno à guerra na Ucrânia, defendendo as bandeiras do Cerqui e o programa do proletariado diante da guerra. PSTU, UP e Juntos (PSOL), votaram contra, uma vez que os dois primeiros defendem a Rússia como “imperialista”, enquanto que o terceiro incorre no desvio de colocar Putin no mesmo patamar da OTAN, com a bandeira “Nem Putin, Nem OTAN”. As demais organizações, PT, PCB e MRT se abstiveram, uma vez que de fato não estão de acordo com os fundamentos e as bandeiras do CERQUI. A essência da moção consistiu na defesa de algumas bandeiras do Comitê de Enlace: Desmantelamento da OTAN e das bases militares dos EUA; Fim das sanções econômicas contra a Rússia; Retirada das tropas Russas da Ucrânia; Por uma Ucrânia com autodeterminação, soviética, independente, operária e camponesa. ■

Volta às aulas na USP com circulares superlotados e filas quilométricas nos bandejões

Um ato foi organizado no dia 8 de abril, em frente à reitoria da USP, a partir de uma assembleia geral dos estudantes da USP, convocada a toque de caixa no dia 05.

Na volta às aulas presenciais, os estudantes sofrem com a superlotação de circulares e restaurantes. A raiz dos problemas está no avanço do privatismo e nas consequências da pandemia.

Os circulares, há anos privatizados, tiveram suas linhas remanejadas, estão percorrendo um itinerário mais curto. A criação de uma terceira linha, mais curta, se deu à custa da redução do número de circulares das linhas maiores. Assim, com o mesmo número de ônibus e de cobradores e motoristas, a Viação Gato Preto aumenta seus lucros. Os estudantes formam, no metrô Butantã, filas de centenas de usuários, à espera dos ônibus, chegam atrasados, perdendo aulas e provas. O número de estudantes cresceu, porque muitos não conseguiram avançar seus estudos durante os dois anos de pandemia (aulas virtuais), e outros, que vinham de carro, com o preço da gasolina, têm de vir de ônibus/metrô. Basta ver o esvaziamento de estacionamento.

O restaurante da Física foi privatizado durante o fechamento da USP, por conta da pandemia. Na reabertura dos restaurantes, os funcionários exigiram segurança sanitária, com o espaçamento de uma vaga a cada duas nas mesas. Assim, o número de estudan-

tes se alimentando em cada restaurante foi reduzido à metade, multiplicando as filas. Sob a gerência privada, não se objetiva o atendimento adequado, apenas os lucros são perseguidos.

A moradia sofre com o fechamento do bloco D, em que a reitoria realiza reformas, mas não acomodou todos os estudantes que ali estavam, e não se sabe se devolverá o bloco à moradia gratuita (um levantamento da McKinsey sugeriu a cobrança de aluguéis ali). Sob controle da burocracia privatista, não pode haver uma reforma que atenda os estudantes moradores.

Diante dessa situação, é preciso lutar. Quando há grande descontentamento, é possível organizar a mobilização contra a reitoria e seu privatismo, em defesa das necessidades dos estudantes, unindo esta luta àquela contra a guerra na Ucrânia. O momento não é de abaixo-assinados, todos estão discutindo essas condições precárias. Cabe às direções convocarem amplamente, com uma verdadeira campanha nas unidades, para que se realize uma assembleia geral mobilizada, para organizar a mobilização.

As reivindicações que interessam aos estudantes estão colocadas: reestatização dos circulares, para atender à demanda dos estudantes; reestatização e construção de mais restaurantes; controle estudantil sobre a reforma e sobre a moradia, por meio da soberania das assembleias. ■

USP

Campanha contra a Guerra na Ucrânia

O POR colocou cartazes nas unidades em que atua (Letras, Educação, Física) e no Crusp. Distribuiu também as edições 62 e 63 do boletim Nacional da Corrente Proletária Estudantil, que tem seus editoriais centrados na defesa das bandeiras “pelo desmantelamento da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos; revogação das sanções econômico-financeiras contra a Rússia; autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia”. Atuou na Assembleia Geral dos estudantes da USP com fala avaliando a guerra e defendendo uma moção. A campanha continua a colagem de cartazes nos pontos de ônibus, e a preparação um debate sobre a posição internacionalista frente à guerra na Ucrânia.

Relato sobre a colagem de cartazes na Zona Leste

Pelo fim da guerra

A colagem de cartazes, na Zona Leste, foi uma boa experiência. Quando fazíamos a colagem em um ponto final de ônibus, alguns motoristas leram e passaram a conversar sobre a guerra. Um deles falou sobre o aumento do custo de vida e os baixos salários. Outro, mostrando insatisfação, disse que o presidente Jair Bolsonaro, que estava na política há 30 anos, não fez outra coisa senão prejudicar os trabalhadores. Notamos que os explorados, ao se depararem com a campanha do POR pelo fim da guerra, fazem uma ligação com as difíceis condições de vida. Se os sindicatos e movimentos fizessem uma campanha contra as medidas econômicas e financeiras de Biden, sem dúvida, facilitaria a compreensão da classe operária do por que tem de lutar contra a guerra, lutando por suas próprias condições de existência.

Intervenção do POR nas manifestações de 9 de abril

São Paulo / Um palanque eleitoral para a eleição de Lula

A manifestação convocada pela Campanha Nacional Fora Bolsonaro, sob a bandeira de “Bolsonaro Nunca Mais”, apesar de se colocar formalmente contra a carestia de vida, que atinge a maior parte da população, não serviu para organizar os trabalhadores, e colocá-los em luta por essa e outras reivindicações essenciais, como a defesa dos empregos, contra as privatizações etc. Foi, na verdade, um palanque eleitoral montado na Praça da República, para impulsionar a candidatura de Lula. A centralização do ato, para que esse objetivo fosse cumprido, ficou a cargo, além do próprio PT, do PCdoB e da ala direita do PSOL (Primavera Socialista e Resistência, principalmente).

Não faltaram falas em que se apresentavam os problemas sofridos pelos explorados, como a alta da inflação, do combustível, dos itens de primeira necessidade, mas que concluíam com a tarefa de eleger o próximo governo burguês para sanar tais problemas. Neste sentido, é simbólico o discurso do Ivan Valente (PSOL), em que colocou que Bolsonaro “destruiu o Brasil”, e na lista de ataques atribuídos a esse governo, o deputado incluiu a reforma trabalhista de 2017. O problema maior é que ocultam a responsabilidade da burguesia, do capital financeiro, nacional e internacional, dos monopólios que estão demitindo a rodo, e atribuir essa responsabilidade para um indivíduo. Além de ocultar, é claro, a própria responsabilidade como direção política em organizar a luta de massas ao longo dos últimos anos, especialmente na Pandemia, quando se refugiaram no mundo virtual. Agora, comparecem dizendo que a saída está nas eleições.



Cabe mencionar que as direções políticas desse movimento mudaram a forma de combater o governo, mas não o seu conteúdo. A bandeira “Ele Não”, de 2018, fracassou nas eleições, e foi substituída pelo “Fora Bolsonaro”, que agora é trocada mais uma vez, pelo “Bolsonaro Nunca mais”, o problema é que as três consignas expressam o mesmo conteúdo político: o eleitoralismo, a pressão parlamentar, a conciliação de classes e ausência de independência política dos trabalhadores. Em todas elas, as massas servem apenas como instrumento eleitoral ou de pressão sobre deputados e senadores.

O POR interveio com seus materiais, bandeiras, com manifesto específico para este ato, boletim contra o fechamento da Toyota, no ABC, e com intervenção no carro de som, onde expusemos que a classe operária e demais trabalhadores estão diante de dois problemas combinados, a guerra na Ucrânia e a escalada de preços. Levantamos as bandeiras do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Interna-



cional, e defendemos a convocação imediata de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como forma de preparar a greve geral no país.

Pronunciamento do POR

Companheiros e companheiras,

O Partido Operário Revolucionário está presente nesta manifestação de 9 de abril, e começamos o nosso pronunciamento nos referindo ao conflito na Ucrânia. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (CERQUI) tem realizado uma campanha internacionalista pelo fim da guerra na Ucrânia. Trazemos para esta manifestação a defesa do desmantelamento da OTAN, pelo fim das bases militares norte-americanas, pela revogação das medidas econômico-financeiras ditadas por Biden, em defesa da autodeterminação, da integridade territorial da Ucrânia, e pela retirada das tropas russas.

Essa campanha internacionalista é fundamental, porque os efeitos dessa guerra já são sentidos no mundo inteiro.

Os explorados da América Latina, assim como acontece no Peru, já vêm sofrendo com o aumento do custo de vida, com o desemprego e com vários outros problemas. Problemas que a gente sente na pele aqui no Brasil. A gente vive um momento de elevação dos preços. Um momento de aumento da miséria e da fome. A carestia bateu firme na mesa do brasileiro. Está aí a importância de lutar contra o fechamento

das fábricas. Denunciamos, neste ato, as demissões na Volkswagen, o anúncio do fechamento da Toyota e vários outros ataques à classe operária.

É por isso, companheiros e companheiras, que o Partido Operário Revolucionário defende que se convoque um Dia Nacional de Lutas, com paralisações, bloqueios e manifestações massivas. Que a gente possa unificar as lutas em curso, e preparar uma

poderosa greve geral. Encerramos o nosso pronunciamento defendendo, desde já, a construção de um 1º de Maio classista, internacionalista. Por um Dia Nacional de Luta, para erguer a luta dos trabalhadores brasileiros, em defesa das suas reivindicações e contra a guerra da Ucrânia.

Viva a luta dos trabalhadores! Vamos ocupar as ruas, impulsionar as greves! ■

Pernambuco

Eleitoralismo e festividade

O ato foi convocado pela Frente Brasil Popular, Movimento Fora Bolsonaro, Povo sem Medo e Povo na Rua, como parte do Dia Nacional de Mobilização, sob as bandeiras: “Contra o aumento dos combustíveis” e “Não à fome e ao desemprego”. Apesar das pautas expressarem a luta contra o aumento do custo de vida e da miséria, as organizações fizeram das ruas um palanque para a eleição de Lula/PT. Ficou escancarado como a bandeira do “Fora Bolsonaro” só podia concluir na estratégia da troca de um governo burguês por outro.

Participaram, centrais sindicais, partidos e movimentos populares. O presidente da CUT-PE responsabilizou o governo Bolsonaro pelo aumento do custo de vida e desemprego, concluiu a fala, fazendo um chamado à “mobilização”, inclusive nas redes sociais. O PCO expressou seu lulismo, ao mesmo tempo em que criticou Alckmin e o PSB, afirmando que é a esquerda que está na luta contra Bolsonaro. Bizarramente, disse que temos de fazer como o “companheiro Putin” e “botar pra quebrar”. Sua militância ainda tentava sufocar com gritos de “Olê olê olê olê, Lula, Lula” quando algum raro orador fazia críticas ao petista. A CSP-Conlutas fez crítica ao governador Paulo Câmara/PSB, por perseguição política e por ser responsável pela violência nas zonas rurais, e apontou que é o momento de construir a greve geral “para derrubar Bolsonaro já”. O PSTU criticou o governo Bolsonaro que mata de fome, falou das greves pelo país, nas fábricas e na educação, criticou a via de aliança com a burguesia da chapa Lula/Alckmin, e concluiu defendendo o “polo socialista”.

O POR atuou com fala, banca, distribuição do manifesto, propaganda e vendagem do jornal Massas. Na fala, expressou que a guerra na Ucrânia e a crise capitalista estão servindo para aumentar a opressão sobre a classe operária e a maioria oprimida. Apontou que os movimentos grevistas devem ser fortalecidos pela real unidade dos explorados, não só contra Bolsonaro, mas contra todos os ataques da burguesia. Rejeitou o eleitoralismo e defendeu os métodos próprios de luta. É preciso lutar por empregos, salário e direitos, assim se defende a vida e se combatem os ataques dos governos e burguesia. Os explorados devem ainda se colocar contra a guerra na Ucrânia, sob as bandeiras de independência do imperialismo.

Pronunciamento do POR

Bom dia companheiros e companheiras!

A gente realiza esse ato, num dia importante para gente estar



nas ruas, no momento em que a guerra da Ucrânia já ultrapassa um mês e meio, no momento em que a crise capitalista está sendo descarregada nas costas dos trabalhadores, que a gente está vendo a escalada da alta de preços e das demissões. Também é um momento em que muitas lutas estão acontecendo, estão acontecendo greves nesse país, greves de garis, greves de metroviários de BH, greves de operários contra demissões, no ABC, greve de professores pelos seus direitos.

É dever do movimento sindical popular, estudantil, que está aqui, unificar essas lutas, cada luta que desponta. Não deixar isoladas, não substituir a luta pelos empregos, salários e direitos, por promessas eleitorais. O que a gente está enfrentando é muito grande, não é só Bolsonaro não. Ele está representando um sistema capitalista, o imperialismo que está avançando sobre as nossas conquistas, nossos direitos e nossas vidas.

Por isso, a resposta é chamar as centrais e os sindicatos, para a gente fazer um verdadeiro Dia Nacional de Lutas, com bloqueios, paralisações, greves. Não basta vir aos sábados aqui, tem que ir às garagens e às fábricas, chamar para parar a produção, só assim a gente vai defender os interesses da maioria explorada e oprimida.

Nada de confiança nas eleições. Organizar a luta com os nossos métodos próprios, esse é o nosso chamado. E denunciar o imperialismo, pela sua ação na Ucrânia, ao mesmo tempo em que a gente tem de defender a autodeterminação do povo ucraniano.

O nosso chamado é a luta por empregos, salários, direitos com os nossos métodos próprios. Nenhuma solução vai sair das eleições! Viva a luta dos trabalhadores! ■

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Ceará**Eleitoralismo domina ato “Bolsonaro nunca mais”**

O ato “Bolsonaro nunca mais”, em Fortaleza, foi convocado pela Frente Brasil Popular, Frente Povo Sem Medo e Fórum Sindical. A manifestação foi esvaziada, se comparada aos atos de 2021, e contou com cerca de 700 pessoas. A fraca divulgação, a escolha de um local distante da maioria oprimida e o tom eleitoreiro explicam, em certa medida, o baixo número de participantes. A convocatória do ato, embora estampasse a necessidade de luta contra o aumento dos combustíveis e gás de cozinha, mal conseguiu disfarçar o caráter eleitoreiro da atividade. A própria escolha do local, a Praça Portugal, reduto dos bolsonaristas e coração da zona nobre e burguesa cidade, mostrava a intenção dos organizadores em usar o aumento dos combustíveis para disputar os votos dos setores de direita.

Os manifestantes se concentraram na Praça Portugal, e saíram em caminhada até a praia de Iracema. No carro de som, conforme o esperado, dominaram as falas eleitoreiras de dirigentes da CUT, PT, PSOL e PCdoB. Candidatos a deputados e governador foram os primeiros a falar (desrespeitando as listas de inscritos) destacando a importância de ‘votar em Lula, para reconstruir um projeto popular para o Brasil’. A única divergência entre as falas eleitoreiras esteve em alguns poucos, que levantaram a necessidade de derrotar o governo agora, sem esperar até outubro. Sem jamais dizer o caminho a ser traçado para alcançar este objetivo, o pseudo-radicalismo ‘abstrato’ da pequena-burguesia (de quem buscam, em vão, se diferenciar) não tem outra função, senão acobertar sua capitulação eleitoral diante do reformismo. No ato não faltaram, igualmente, os partidos burgueses, como PV e PSB; convidados a falar tranquilamente no carro de som, e em apoio à frente ampla para derrotar Bolsonaro.

O ato não serviu para armar os trabalhadores com um plano de lutas para enfrentar a inflação, o desemprego, os baixos salários, as privatizações e as contrarreformas antinacionais e antipopulares. O POR (conseguindo falar apenas no final do ato, pelas manobras dos organizadores do ato) foi a única corrente presente a defender que a saída para os explorados não passa pela via

eleitoral, mas pela organização dos trabalhadores nas ruas, preparando a greve geral com comitês de luta, e com uma política de independência de classe.

Além de uma fala no carro de som, o POR interveio com seu manifesto, com suas bandeiras, seus jornais e banca de materiais. A tarefa consiste em lutar contra os desvios eleitoreiros e explicar pacientemente à juventude pobre e aos trabalhadores do Ceará, a necessidade de se organizarem e lutarem em defesa de suas condições de vida (contra a desintegração e barbárie capitalista) com seus métodos próprios e sob a política proletária.

Pronunciamento do POR:

“Boa noite a todos os companheiros e a todas as companheiras, que hoje, neste 9 de abril, atenderam ao chamado das organizações, das centrais, dos sindicatos, dos movimentos, para vir às ruas, e não só aqui em Fortaleza, mas em todo o Brasil.

Nós, do Partido Operário Revolucionário, gostaríamos de dizer que, hoje, o inimigo número um dos trabalhadores, do proletariado, do campesinato brasileiro é o governo Bolsonaro, mas este governo não está aí governando em nome próprio, este governo está aí para administrar em nome do capital financeiro internacional, em nome dos latifundiários, do agronegócio, dos banqueiros, dos grandes industriais, dos grandes capitalistas. Estes grandes capitalistas é que são os verdadeiros inimigos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Nós não conseguiremos transformar nossa realidade pela via eleitoral, apenas as lutas nas ruas, apenas a construção da greve geral, para colocar abaixo esse governo e constituir um governo próprio dos explorados, é que pode apontar o caminho para a solução do desemprego, dos baixos salários, da falta de educação, da saúde, da violência urbana e da crise social e econômica que o capitalismo descarrega sobre os trabalhadores!

Avante, trabalhadores e trabalhadoras na luta! Construir comitês! Avançar na luta coletiva para derrubar os capitalistas e seu governo. Grande abraço do Partido Operário Revolucionário.” ■

Rio Grande do Norte**Ato festivo, sob a bandeira “Bolsonaro nunca mais”**

O ato em Natal ocorreu na Praça Gentil Ferreira, o principal bairro comercial da cidade, com intenso fluxo de trabalhadores. Contou com cerca de 150 pessoas. Estiveram presentes a CUT, CTB, CSP-Conlutas, Intersindical, MST, MLB, MLMP, SINTE, SINDAUDE, SINDPREVS, SINTEST, além do PT, PSTU, POR, PSOL e PCR (UP).

As falas foram alternadas com apresentações culturais. O tom do ato foi festivo, e predominou a bandeira “Bolsonaro nunca mais”, aludindo à tática de retirar Bolsonaro por meio das eleições. Não há uma orientação pela organização dos explorados pelas reivindicações, apenas o mero desgaste eleitoral de Bolsonaro.

O POR interveio com manifesto e fala no carro de som.

Pronunciamento do POR

Bom dia, camaradas. Falo em nome do Partido Operário Revolucionário. Quero iniciar minha intervenção, colocando que nós, neste momento, vivemos uma situação de guerra. Uma guerra na Ucrânia, desencadeada pelo capital imperialista, pelo cerco militar da OTAN à Rússia. Ao mesmo tempo em que temos de lutar

pelo desmantelamento da OTAN e pela retirada das tropas dos Estados Unidos na Europa, temos de lutar pela autodeterminação da Ucrânia e pela retirada das tropas russas da Ucrânia. A guerra, camaradas, além de desencadear mortes, desencadeia a miséria das massas, não só da Ucrânia e da Rússia, mas de todo o mundo, porque os Estados Unidos, para combater a Rússia, têm implementado uma série de sanções. Sanções essas que têm resultado no aumento do custo de vida, no aumento do preço dos combustíveis, do gás de cozinha e dos alimentos, agravando a situação de miséria das massas, dos trabalhadores.

Diante disso, camaradas, não há outro caminho para os trabalhadores, senão lutar. E é isso que os explorados do Peru estão demonstrando, apesar de o governo, fruto do movimento sindical, do movimento camponês, ter sido eleito um governo de esquerda, mas, ao ser eleito, está implementando a agenda do capital imperialista. E, por isso, companheiros, o governo do Peru está enfrentando uma revolta generalizada, com paralisações e bloqueios nas avenidas e nas rodovias. A reivindicação é uma só: contra o aumento dos combustíveis e contra ao aumento do gás, e pelo au-

mento do salário mínimo. Diante disso, o governo foi obrigado a recuar, porque só assim, com paralisações e bloqueios, é que a gente conquista nossas reivindicações.

A luta no Peru tem dado um exemplo para nós: não é esperando as eleições em outubro, que vamos conseguir garantir a manutenção das nossas condições de vida; não é esperando eleger governo A ou B que vamos conseguir manter a vida das nossas famílias e os nossos empregos. É necessário, sim, seguir o exemplo das massas, dos trabalhadores do Peru, e irmos às ruas fazer bloqueios, paralisar as fábricas e os locais de trabalho. Para isso, companheiros, já estão existindo lutas em nosso país: as greves dos garis; greve dos metroviários; a luta do funcio-

nalismo de Natal (professores e trabalhadores da saúde). [Tudo isso] coloca a necessidade de unificar, junto com o movimento de moradia, que agora está enfrentando os despejos, e a luta pelo transporte público, que a população está sofrendo, da superlotação e da falta de transporte. Unificar essas lutas num só movimento. Está aí a necessidade de que as centrais chamem, desde já, um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, pelas reivindicações, para unificar a luta e dar um passo, sim, para construir uma greve geral, com bloqueios e paralisações e, assim, conquistarmos as reivindicações. Nada de esperar por eleições! Construir a luta já, nas ruas, com bloqueios e paralisações, por um Dia Nacional de luta! ■

Boletim da Corrente Proletária

Intervenção no Conselho de Representantes (CR) e na Assembleia

No dia 8 de abril, ocorreram a reunião do CR e a assembleia da Apeoesp. Realizou-se uma avaliação do movimento contra o Plano de Carreira, aprovado no dia 29 de março, e discutiram-se as propostas de continuidade da luta. A maioria do CR – PT, PCdoB e aliados –, enfatizaram o acerto da luta se concentrar na Assembleia Legislativa. Elogiou o trabalho da presidente da Apeoesp, deputada Maria Isabel, junto à base parlamentar vinculada ao governo Doria. Lamentou-se, porém, que a aprovação se deu por poucos votos. Isso para concluir que a tarefa é a de constituir uma bancada parlamentar “progressista”. E que é fundamental fazer uma campanha eleitoral em torno à candidatura Haddad para o governo de São Paulo. E para presidente da República, Lula. Tanto no CR quanto na Assembleia, os discursos eleitorais ganharam enorme projeção, deixando para trás as reivindicações salariais e a rejeição do Plano de Carreira.

Grande parte da reunião do CR foi tomada pela apresentação das consequências do novo Plano de Carreira, feita pelo advogado do sindicato, e pelo Dieese. Assim, o ponto sobre a campanha ficou extremamente reduzido.

A Corrente Proletária interveio ressaltando as bandeiras da campanha internacionalista do Comitê de Enlace (CERQUI)

de fim da guerra na Ucrânia, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, revogação das sanções econômicas à Rússia, autodeterminação, unidade territorial, retirada das tropas russas da Ucrânia. Após essa colocação, a direção da Apeoesp e as correntes passaram a se posicionar contra a guerra. Cada uma com sua orientação política, que ia, desde o combate à Putin, até o apoio à Rússia, passando pelas posições pacifistas. Isso ocorreu inclusive na Assembleia, que se realizou no período da tarde.

Sobre a continuidade da campanha, foi aprovada a realização de uma reunião do CR, abrangendo uma discussão sobre a situação política mundial, que envolve a questão da guerra, e a nacional. Aprovou-se a elaboração de uma Carta dos trabalhadores da Educação, para ser entregue a todos os candidatos ao governo de São Paulo. Nesse ponto, a maioria se manifestou favorável à proposta da CONCLAT, de entregar uma Carta contendo uma pauta de reivindicações aos candidatos à presidência da República.

A intervenção da Corrente Proletária foi de rejeição ao eleitoralismo e a farsa da CONCLAT. Defendeu que as centrais, sindicatos e movimentos convocassem um Dia Nacional de Lutas, com paralisação e bloqueio, em defesa dos empregos,

salários e direitos trabalhistas. Mostrou o erro de conduzir o movimento para a Assembleia Legislativa, e defendeu a convocação de uma nova assembleia, em maio, para a retomada da luta nas ruas.

Abaixo, publicamos as propostas do boletim, distribuído no CR e Assembleia.

- 1) Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Lutas, objetivando vincular o combate à guerra de dominação e suas consequências econômicas e sociais em todo o mundo, com as reivindicações imediatas dos trabalhadores, emprego, salário, saúde, educação, moradia e direitos trabalhistas;
- 2) Organizar os trabalhadores da Educação desde as escolas; combater as ilusões de que os deputados podem modificar o seu voto com a pressão dos trabalhadores; defender o método que é próprio dos explorados, que é a luta direta; rejeitar a política das direções sindicais de conduzir o movimento para o terreno da burguesia;
- 3) Rejeição ao Plano de Carreira, reajuste imediato de acordo com a inflação, escala móvel de salários; reposição integral das perdas salariais, fim do confisco salarial aos aposentados. Nenhum desconto da Previdência aos aposentados.

Rondônia

Burocracia do sindicato divide os trabalhadores da educação

Desde o início do ano, o prefeito de Porto Velho vem enrolando os trabalhadores de Educação, para não pagar o reajuste do piso nacional, de 33,24%. Conta, a seu favor, com a direção burocrática do sindicato.

No dia 30 de março, já tardiamente, o Sintero realizou uma assembleia dos trabalhadores em Educação do município. A assembleia foi grande, mas a burocracia ficou enrolando. Impediu falas, cortou a fala da Corrente Proletária e, mais uma vez, postergou a decisão da paralisação para abril. Havia uma disposição

dos trabalhadores, técnicos e professores, para ir à greve. A burocracia sindical, depois de horas, aproveitando o esvaziamento, fez aprovar a proposta de “aguardar” as mesas de negociação, que ocorrem desde janeiro.

No dia 12 de abril, a burocracia chamou outra assembleia, para apresentar a proposta do prefeito, de implantação do percentual do piso nacional a partir do dia 1º de maio; os retroativos, de janeiro a abril, só seriam pagos em dezembro de 2022. Para os técnicos, a prefeitura apenas reajustaria os salários em 10%. Ou seja, a prefeitura

quebrava a unidade dos trabalhadores da Educação do município.

Qual deveria ser a posição de uma direção classista? Garantir a unidade e organizar o movimento para exigir o retroativo de forma imediata, e estender os 33% da lei para todos os trabalhadores das escolas. O que fez a direção do Sintero? Fez de tudo para que a plenária aprovasse o projeto do prefeito, dividindo a votação entre os professores, de um lado, e os demais trabalhadores, de outro. Através das manobras da direção da assembleia, a votação ficou: professores aceitaram o projeto do prefeito, e os técnicos deliberaram pela greve por tempo indeterminado.

As assembleias foram expressivas, e os trabalhadores estavam com disposição de luta. Recentemente, a burocracia se dividiu e formou um sindicato dos técnicos das escolas. A direção do Sinte-

ro, em vez de combater o divisionismo, agora, com esta decisão, solidificou a divisão aparelhista, dividindo professores e funcionários. Uma greve isolada dos técnicos dificilmente terá força para derrotar o prefeito.

A Corrente Proletária interveio com boletim, defendendo o reajuste imediato de acordo com a inflação, e na defesa da escala móvel de salário, na defesa da reposição de todas as perdas salariais e na defesa da greve unitária por tempo indeterminado. Combateu a divisão entre professores e técnicos da Educação. Agora, que a greve dos técnicos foi aprovada, trabalha para sua vitória. Há que destacar, também, que nas assembleias, a Corrente Proletária interveio defendendo a campanha internacional do CERQUI pelo fim da guerra na Ucrânia. ■

Paraná

Nas eleições para reitoria da UEL, voto nulo em defesa do governo tripartite

O processo eleitoral da nova reitoria da UEL provocou a realização de alguns debates. Houve a manifestação de setores da universidade contra um candidato de extrema direita – que ocupa um cargo no governo Bolsonaro – que denunciou essas manifestações às autoridades fora da Universidade. Discussões também têm sido realizadas na tentativa de envolver estudantes e docentes no processo eleitoral. O que indica a necessidade dos candidatos de “convencer” que, escolhendo um dos candidatos a reitor, o eleito representará os três setores da universidade, e estará apto a resolver os problemas da instituição.

Toda esta movimentação de cúpula esconde a real situação das universidades no estado e no país. Situação caracterizada pela absoluta dependência e subordinação delas aos governos, ao Estado e ao grande capital. Esconde-se essa condição, e convidam-se estudantes e professores a acreditar que, no interior da universidade, imperam a democracia e a autonomia, e que a reitoria, pró-reitorias e toda a burocracia universitária estariam comprometidas com o conhecimento e desenvolvimento da ciência e da cultura.

Esconde-se que, há muito tempo, as universidades abdicaram de exercer a sua autonomia, e que suas autoridades (a burocracia universitária) tentam agradar os governos federal e estaduais, na esperança de conseguir algumas migalhas. Por isso, aceitam facilmente ingerências de todo tipo na gestão, administração, regime acadêmico e político, que os diversos governos aplicam no processo educacional e no funcionamento das universidades.

Seja quem for o eleito pela consulta da comunidade, quem decidirá se é conveniente nomeá-lo como reitor será o governador Ratinho Jr. E, seja quem for o próximo reitor ou reitora, será um instrumento da política do governo, como têm sido até agora todas as administrações da universidade.

No caso do Paraná, a situação é mais grave, pois, acaba de ser sancionada a famigerada LGU (Lei Geral das Universidades), imposta pelo governo – que tem ampla maioria na Assembleia Legislativa –, cuja finalidade é a de colocar as universidades mais baixo ainda do que já estavam. De início, criar uma legislação específica para as universidades fere o princípio burguês da autonomia universitária, consagrado no artigo 207 da Constituição, que não prescreve regulamentação alguma. Princípio que, de resto, a burocracia universitária nunca exerceu, mas, ao menos formalmente,

não cansa de invocar quando lhe interessa. Na prática, a LGU, além de reduzir o quadro de técnicos e docentes, para cortar custos das instituições, permite a intervenção do governo em decisões acadêmicas e administrativas, como a de fechar cursos, sob alegação de baixa demanda.

O DCE cometeu um grave equívoco, ao declarar apoio a uma das chapas, pois, manifestou dessa forma ilusões na burocracia universitária, subordinada ao governo, subordinação que se manterá inalterada, seja quem for o eleito. E se equivoca novamente, ao “retirar” o seu apoio àquela chapa, pois, na sua justificativa, declara que “... o programa desta não contempla o caráter de Universidade que defendemos”, que seria, segundo declaram, uma “Universidade Popular”. Ora, sem entrar na discussão do que eles entendem por “universidade popular”, trata-se de uma utopia imaginar que, sob o capitalismo, a universidade não seja uma universidade burguesa. Colocam-se dessa forma, no mesmo campo da própria burocracia universitária. Uma universidade nova, uma universidade “popular”, se se quer, só será possível num regime em que a grande propriedade privada capitalista tenha sido substituída pela propriedade social, no socialismo. O problema concreto que os estudantes, professores e funcionários têm, diante das eleições antidemocráticas, é o de lutar pela real autonomia universitária, o que implica desmontar e varrer a burocracia dirigente, que serve de correia de transmissão do Estado burguês e dos governantes. A consulta à comunidade se constitui num modo de estruturação da burocracia universitária, agente do governo e do capital.

Diante disso, a Corrente Proletária na Educação chama os estudantes e os trabalhadores da Educação a votarem nulo, em defesa de um governo tripartite, ou seja, constituído por estudantes, docentes e técnicos, subordinado à Assembleia Geral Universitária, ao voto universal e à revogabilidade do mandato por aqueles que o elegeram. Defendemos ainda a estatização de todo o sistema privado – sem indenização – e a constituição de um único sistema público, gratuito, laico e vinculado à produção social, sob controle de quem estuda e trabalha. Esta é a única forma consequente de defender o ensino público e gratuito, ameaçado pela hipertrofia do sistema privado, e pelo avanço da privatização interna das universidades públicas.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

nossa.classe@hotmail.com - www.pormassas.org - fb.com/massas.por - anchor.fm/por-massas / ☎ (11) 95446-2020

São Paulo / Francisco Morato

Não esmorecer, organizar o movimento contra as medidas do prefeito

A maioria da população do município de Francisco Morato vive o desemprego, o subemprego, a falta de moradia, a precariedade da Saúde e da Educação. Os serviços essenciais vêm sendo privatizados. Contra essas condições, têm aumentado o descontentamento e uma parcela de trabalhadores vem protestando nas ruas. Diante da imposição de mais uma taxa, a taxa do lixo, na conta da água, elevando enormemente o seu valor, surgiu um movimento contra mais esse abuso do prefeito.

Duas posições compareceram nessa luta. 1) a dos que defendem os métodos da burguesia, de recorrer à Justiça, de fazer pressão na Câmara de Vereadores, etc.; 2) e a da Corrente Proletária, que propõe a organização dos moradores, constituindo o comitê de luta, para fortalecer as manifestações de rua em defesa das reivindicações de emprego, salário e fim das taxas impostas pelo prefeito.

A Corrente Proletária vem, também, criticando o eleitoralismo. E mostrando que as reivindicações dos trabalhadores somente poderão ser conquistadas por meio de seus próprios métodos de luta. Nesse sentido, trabalha pela unidade dos explorados e a constituição do comitê de luta.

Ceará

Boletim O Proletário

O Boletim O Proletário, do mês abril, destaca a situação de abandono das ruas do bairro Aracapé, e o sofrimento dos moradores, com lama e buracos na atual época de chuvas. O boletim destaca que, apesar das inúmeras reclamações dos moradores, nada de concreto foi feito. A situação se explica, diz o boletim, pelo abandono dos bairros operários por parte dos governos burgueses. Finaliza, dizendo que a luta contra o descaso da prefeitura de Sarto/PDT exige a organização dos moradores e trabalhadores do bairro numa associação de moradores, combativa e independente dos governos.

O Boletim também destaca o aumento dos combustíveis e gás de cozinha, que sacrifica a vida dos explorados, e beneficia o grande capital acionista da Petrobrás. Finaliza defendendo a Petrobrás 100% estatal, sob controle operário, fim da política de preços; fim do desmonte da empresa com as privatizações, e a reestatização da BR distribuidora e Refinaria Landulfo Alves.

São Paulo / Curso de Formação Política

A guerra na Ucrânia e a concepção marxista sobre a autodeterminação das nações oprimidas

No dia 10 de abril, o POR realizou seu curso de formação política, dando sequência à discussão sobre a guerra da Ucrânia. O Ato Político, ocorrido em 13 de março, e o curso de formação fizeram parte da campanha do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI).

No Ato de 13 de março, foram discutidos dois artigos: Declaração de 28 de fevereiro, *"Agrava-se a crise mundial. A classe operária e os demais explorados estão diante da necessidade de reagir com seu programa, política e organização próprios"*; e o Manifesto, 11 de março, *"Pelo fim da guerra na Ucrânia! Somente a classe operária organizada e unida em torno ao programa da revolução mundial pode enfrentar o curso da barbárie do capitalismo em decomposição"*.

Para o curso de formação política, o POR publicou um folheto, intitulado: *"Fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskismo – Sobre o direito à autodeterminação das nações"*. Trata-se de uma coletânea de textos de Lênin e

Trotsky.

O curso se iniciou com a apresentação de Atilio de Castro, que teve como essência demonstrar a contradição existente na guerra da Ucrânia. De um lado, o imperialismo norte-americano e aliados, por meio da OTAN, que vêm cercando a Rússia há muito tempo, objetivando dominar a região oriental da Europa; de outro, a invasão militar da Rússia, intensificando a opressão nacional sobre a ex-república soviética. A necessidade da Rússia de dominar a nação ucraniana, utilizando, assim, os meios e métodos das potências imperialistas.

A crise econômica mundial e a acirrada guerra comercial obrigam os Estados Unidos a avançarem sobre regiões ricas em fontes minerais, controladas pela Rússia. O capitalismo, sob a pressão dos monopólios, se vê obrigado a realizar a guerra comercial por meio da força militar (guerra). A guerra que se trava na Ucrânia não é de libertação, mas sim de dominação. Trata-se de um

país que se desprende da ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), mas que não conseguiu sua independência política. Vem sendo usado como peão, no jogo econômico-militar das potências.

Por fim, mostrou outro aspecto da contradição, que se manifesta na profunda desorganização da classe operária mundial. Os retrocessos políticos e organizativos do proletariado têm impossibilitado sua resposta, diante da



bárbara guerra. Somente com a unidade do proletariado russo, ucraniano, europeu, etc. é possível ter uma resposta de classe à guerra. No entanto, as direções sindicais e políticas têm dividido a classe operária, ou apoiando a demagógica campanha da paz desfechada pelos maiores sanguinários do mundo, ou apoiando a opressão nacional promovida pelo governo da Rússia.

O POR tem realizado uma campanha sistemática em torno às bandeiras internacionalistas do Cerqui: desmantelamento da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos na Europa e no mundo; fim das sanções econômicas à Rússia; autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia.

O POR tem realizado uma campanha sistemática em torno às bandeiras internacionalistas do Cerqui: desmantelamento da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos na Europa e no mundo; fim das sanções econômicas à Rússia; autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia. Mas, até o momento, as corren-

tes não se colocaram por organizar atos unificados. Isso por que não são capazes de compreender as contradições que estão na base da guerra e, também, porque não possuem o programa da revolução proletária. Ao contrário, o POR subordinou todas as suas atividades a essa campanha do CERQUI, explicando o caráter da guerra, a autodeterminação da nação oprimida e a resposta da classe operária.

Atílio encerrou a apresentação destacando que as guerras só vão terminar quando o capitalismo for derrubado e, em seu lugar, se edificar uma sociedade sem classes. Somente assim, desaparecerá a escravidão imposta pelo regime de classes sociais.

Em seguida, houve a divisão em grupos, que estudaram dois artigos do

folheto: “Carta aos operários e camponeses da Ucrânia em função das vitórias sobre Denikin” (Lênin) e “A questão ucraniana” (Trotsky). Por mais de uma hora, os grupos discutiram e levantaram as principais conclusões. Depois, em plenária, os grupos apresentaram suas conclusões e abriu-se para outras colocações. Entre os pontos, destacaram-se: a) a diferença entre opressão nacional e opressão de classe; b) a autodeterminação como um direito democrático, mas impossível de se alcançar nos marcos do capitalismo; c) o retrocesso mundial do proletariado e as tarefas colocadas; d) a defesa do internacionalismo proletário, que se choca com as variantes do nacionalismo burguês.

No encerramento do curso, foram dados os informes das atividades do POR de colagem de cartazes, distribuição do boletim Nossa Classe nas fábricas, nos atos e nas assembleias. Os presentes, de punhos erguidos, gritaram as bandeiras da campanha internacionalista do CERQUI.

Curso de formação política sobre a guerra na Ucrânia no Litoral Norte de São Paulo

No dia 27/03 o POR realizou o seu curso de formação política na Subsede da APEOESP de Caraguatatuba. O tema central foi sobre a posição internacionalista sobre Guerra na Ucrânia. Em um segundo momento, debateu-se sobre a destruição da educação no estado de SP. Participaram do curso militantes da capital, bem como professores e estudantes do Litoral.

Os participantes, inicialmente, se dividiram em grupos para leitura de dois textos: a Declaração do CERQUI de 28 de fevereiro intitulada „Agrava-se a crise mundial” e a Declaração de 11 de março intitulada „Pelo fim da guerra na Ucrânia. Após o debate no grupo, foi feita uma plenária para discussão das principais ideias. Destacamos:

1) Os principais responsáveis pela guerra são os EUA e o seu braço armado, a OTAN, que após a dissolução da URSS avançou sobre o leste europeu, fechando o cerco militar sobre a Rússia. A burguesia imperialista esperava que a Rússia também se desmornasse e abrisse seu rico território de matérias-primas às multinacionais, bem como se sujeitasse às diretrizes norte-americanas diante da desintegração do capitalismo mundial. Neste sentido, é fundamental erguer a bandeira de “Pelo desmantelamento da OTAN! Pelo fim das bases militares dos Estados Unidos na Europa e no mundo!”. As sanções impostas à Rússia pelo imperialismo devem ser combatidas porque atingirão fundamentalmente as massas russas e as nações atrasadas! Abaixo as medidas econômicas e financeiras de Biden contra a Rússia e a economia mundial!

2) Embora trave uma guerra defensiva contra a OTAN, a Rússia, ao invadir a Ucrânia, fere a autodeterminação do país. Não

se pode combater o imperialismo oprimindo uma nação. Corresponde a esta análise levantar a bandeira de “Retirada das Forças Armadas russas da Ucrânia! Pela autodeterminação e unidade territorial da Ucrânia!”.

3) A Ucrânia está sendo usada como bucha de canhão pela OTAN e como escudo pela Rússia. O drama das massas ucranianas é que não conseguirão a sua libertação sob o controle dos maiores opressores do mundo, que são os EUA e as potências europeias. Tampouco sob o jugo da burocracia restauracionista russa. Os anos iniciais da URSS demonstrou que somente a maioria nacional oprimida se constituindo no poder, sob direção do proletariado, é possível se autodeterminar. Por isto, o programa internacionalista, defendido pelo CERQUI, levanta a bandeira de “Por uma Ucrânia Soviética Independente!”.

4) Por fim, a crise de direção se expressa com clareza na guerra. As classes oprimidas se encontram divididas pelos nacionalismos. Neste contexto, é mais importante do que nunca a campanha pela independência de classe, expressa na defesa de que os operários e demais trabalhadores, lutem unidos sob a bandeira dos Estados Unidos Socialistas da Europa e do Mundo!

Ao final foi lido um texto sobre a destruição da educação em SP, com o aumento do número de agressões nas escolas, superlotação das salas de aula, aumento das Escolas de Tempo Integral e ataques contra os servidores. Apontou-se, fundamentalmente, para a necessidade de organizar os que estudam e trabalham de maneira independente das direções de escola e do governo, para, pelo método da ação direta, defender a educação pública.

Nesta edição:

- **CERQUI:** *Declaração - Prolonga-se a guerra na Ucrânia / Campanha do CERQUI e do POR pelo fim da guerra na Ucrânia - O Socialismo e a Guerra (Lênin).*
- **Ucrânia:** Resposta a PCO
- **Ucrânia:** Crítica à posição dos centristas (FT-QI e ICFL).
- **Peru:** A crise de governabilidade.
- **Peru:** *Manifesto do CERQUI - A crise se aprofunda.*



Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

**Declaração do CERQUI****Ucrânia**

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

11 de abril de 2022

Prolonga-se a guerra na Ucrânia

Por que não se chega a um acordo de paz?

É preciso que as organizações operárias tomem uma posição internacionalista

Os Estados Unidos e seus aliados europeus vêm recorrendo a cenas de destruição da Ucrânia, denúncias de massacres e de qualificação de crimes de guerra, que foram claramente denunciadas como falsificações. No dia 7 de abril, a Assembleia Geral da ONU decidiu, por uma pequena diferença de votos, suspender a Rússia do Conselho de Direitos Humanos (CDH) – dos 193 países membros, 93 votaram sim, 23 não e 58 se abstiveram. É sintomático que 81 países tenham se negado a seguir a proposição dos Estados Unidos.

Qualquer que seja a guerra, é destruidora de bens materiais, forças produtivas e vidas humanas. O que tem sido considerado violação dos direitos humanos não passa de hipocrisia burguesa e pequeno-burguesa. Não há como determinar regras de boa conduta às partes conflituosas. Uma arma fundamental do imperialismo é o controle sobre a imprensa mundial, que serve para divulgar suas mentiras e ocultar as denúncias dos massacres, realizados pelo governo da Ucrânia em Donbass, durante vários anos. Os Estados Unidos, Inglaterra e França – as três maiores potências – causaram horrores no Iraque, no Afeganistão e na Síria, com o intervencionismo militar. E, se se identificar as causas das guerras de intervenção, se encontram os interesses do capital financeiro e dos monopólios, que se chocavam com o nacionalismo de Saddam Hussein, Mohammed Omar, Muammar Kadafi e Bashar al-Assad. Foram guerras movidas pela urgência do imperialismo de romper o protecionismo nacionalista burguês desses países.

Está claro que qualquer nação detentora de reservas petrolíferas e gás e abundantes fontes de matérias-primas estão obrigadas a seguir as diretrizes e as condições de exploração e comercialização, de acordo com os interesses do capital financeiro e dos monopólios; ou, então, enfrentarão o cerco econômico e militar do imperialismo. A guerra civil no Sudão, sem dúvida, é instigada e

alimentada pelos Estados Unidos. O motivo: a disputa pelo controle do petróleo.

A Rússia não tem porte econômico para enfrentar uma guerra comercial. Os porta-vozes de Biden, na imprensa norte-americana, gostam de zombar do grau de desenvolvimento da Rússia, dizendo que a sua “economia é menor que a do estado do Texas”. E que a sua ousadia em desafiar os Estados Unidos e sua aliança europeia se deve à sua condição de potência militar. O que não dizem é que a poderosa aliança imperialista vem cercando a Rússia economicamente e militarmente, para lhe arrancar o controle das riquezas naturais e acabar com a sua ascendência sobre as ex-repúblicas petrolíferas e detentoras de abundantes estoques de matérias-primas.

A OTAN, como se constata, continuou a ser um aparato militar estratégico para os Estados Unidos, mesmo depois de ter atingido o seu objetivo histórico, que foi o de desmoronar a mais avançada conquista mundial do proletariado – a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A ruptura da unidade entre as várias nacionalidades, que se uniram na revolução socialista de Outubro de 1917, abriu caminho para a penetração das forças econômicas e militares do imperialismo, sendo a OTAN o braço armado do capital financeiro e do Estado norte-americano na Europa. A sua participação na invasão do Afeganistão indicou que seu raio de ação não mais se limitaria à Europa. No momento em que agravar o choque dos Estados Unidos com a China, a OTAN será acionada pela aliança imperialista.

A Rússia, por se encontrar em avançado estágio de restauração capitalista, não tem como conservar o fundamento democrático do direito à autodeterminação das ex-repúblicas soviéticas, estabelecido na origem da URSS, sob a direção do partido bolchevique e de Lênin. A Guerra da Chechênia e a da Geórgia resultaram do processo de restauração capitalista e do fortalecimento



A demora em se alcançar um acordo vem comprometendo a administração da crise econômica pelo imperialismo. As brutais sanções à Rússia não atingem apenas o inimigo, mas a própria aliança europeia, o que expõe as profundas contradições do capitalismo em decomposição. Seus efeitos recessivos e inflacionários têm tudo para ser duradouros.

de interesses particulares das oligarquias burguesas, que foram se constituindo ao longo do processo de degeneração da URSS e de sua integração na órbita do imperialismo. Esse caminho de reconstituição da burguesia trouxe novos problemas econômicos. Os oligarcas das ex-repúblicas soviéticas tenderam a se colocar sob a guarda do imperialismo europeu e norte-americano; e a Rússia tendeu a defender seus interesses econômicos por meio de acordos de subserviência das ex-repúblicas, não excluindo a possibilidade de intervencionismo militar.

É nesse marco histórico e nas condições particulares da decomposição do capitalismo que o governo de Putin decidiu pela intervenção na Ucrânia. Eis por que esse acontecimento – o mais importante depois da Segunda Guerra e da Guerra da Coreia – trouxe à tona as mais profundas contradições da interrupção da transição do capitalismo ao socialismo, iniciada pela Revolução Russa, pela constituição da URSS e pela edificação da III Internacional. O imperialismo impulsiona a guerra comercial, uma vez que se bate com a crise de superprodução, com um gigantesco excedente de capital financeiro e, portanto, com o esgotamento da partilha do mundo, promovida pelos Estados Unidos – a potência vencedora da Segunda Guerra.

O processo de restauração capitalista, impulsionado abertamente desde a década de 1970, deu um fôlego à economia mundial e acomodou os interesses do capital financeiro e dos monopólios. A crise iniciada em 2008, tendo como epicentro os Estados Unidos, o que a distingue das crises anteriores do pós-guerra, obrigou o imperialismo norte-americano a reorientar suas diretrizes internacionais, voltadas ao acirramento da guerra comercial. Um fator substancial para que houvesse a reorientação se encontra na emergência da China restauracionista como potência econômica, que, embora tenha servido aos monopólios, passou a ter um lugar de peso na disputa por mercados e pela influência sobre uma significativa parcela dos Estados nacionais. Não há guerra comercial, sem que se potenciem as tendências militaristas e intervencionistas do imperialismo.

A guerra da Ucrânia antecipou as tendências de choques



dos Estados Unidos com a China, tendo por motivo o controle de Taiwan. Em outras palavras, expôs o quanto a guerra comercial está prenhe de militarização das relações mundiais entre as potências em decomposição e as nações que procuram conservar sua independência, como são os casos mais destacados da China e Rússia. Na Ásia, pouco antes do conflito da Rússia e Ucrânia evoluir para a guerra, os Estados Unidos e Inglaterra armaram a Austrália de submarinos atômicos. O pacto Aukus evidenciou a escalada militar na região do Indo-Pacífico. Não há como desvincular o cerco armado no Leste Europeu contra a Rússia, e o que está sendo projetado na Ásia contra a China.

O esgotamento do processo de reintegração de ambos os países – que passaram por heroicas revoluções proletárias e que acabaram por se colocar no caminho da restauração capitalista, por meio da penetração do capital internacional em suas fronteiras nacionais – estabeleceu novas condições de pressão imperialista, assim que a crise mundial atingiu profundamente as economias das potências. A Rússia continuou como economia atrasada em referência aos países imperialistas, mas detentora de uma valiosa e estratégica riqueza natural, que abrange grande parte da região antes controlada pela URSS. E a China se projetou como potência industrial e comercial, estabelecendo uma ligação umbilical com a economia norte-americana. O que vem agravando as contradições entre a necessidade de os Estados Unidos derrubarem a política de capitalismo de Estado do Partido Comunista Chinês, que se ergue como uma muralha protecionista. Há um evidente paralelo com a Rússia, que insiste em manter o controle da exploração, industrialização e comercialização de suas vastas matérias-primas. O que se passa na Ucrânia não é indiferente para a China. A resistência russa ao cerco da OTAN dará mais fôlego ao conflito da China com os Estados Unidos. Uma aliança mais ampla e segura entre a China e a Rússia dificulta a ofensiva norte-americana no Indo-Pacífico. É o que se espera, como resultado da guerra na Ucrânia.

A demora em se alcançar um acordo vem comprometendo a administração da crise econômica pelo imperialismo. As brutais sanções à Rússia não atingem apenas o inimigo, mas a própria aliança europeia, o que expõe as profundas contradições do capitalismo em decomposição. Seus efeitos recessivos e inflacionários têm tudo para ser duradouros. O imperialismo não alcançou uma unidade ao ponto de se lançar diretamente contra a Rússia, e provocar o início da terceira guerra mundial. Tem de se ater ao uso da Ucrânia como bucha de canhão. As tropas russas não puderam derrotar rapidamente a resistência ucraniana. Os motivos são secundários. O fundamental está em que a guerra se prolonga. Os Estados Unidos, em particular, têm interesse em um desastre material e humano, com o qual já está jogando para criar aver-

são geral das massas à Rússia. O fornecimento de armas, pelas potências, com maior poder de combate ao aparato militar russo não dará vitória à Ucrânia, mas permitirá que as Forças Armadas ucranianas aumentem sua capacidade de resistência, o que pode prolongar a guerra. Essa seria uma possibilidade para o governo Zelenski perder os anéis, preservando os dedos. E o custo em vidas ficaria sob a responsabilidade da Rússia. Se a Ucrânia não estivesse apoiada nos Estados Unidos e em sua aliança europeia, não teria tanta capacidade militar para resistir ao assalto russo. Um acordo, certamente, acabará ocorrendo. Mas, as potências trabalham de forma que a Rússia não saia fortalecida, e reúna capacidade para poder fazer frente à ofensiva imperialista, que não cessará no pós-guerra.

Tudo indica que o governo Zelenski joga com um acordo de neutralidade, sem se comprometer a aceitar a proibição da militarização do país sob o auspício da OTAN. A anexação da Crimeia já é um fato, mas a separação da região de Donbass comparece como parte da defesa estratégica da Rússia no Mar Negro. A independência das proclamadas repúblicas de Donetsk e Luhansk acabará sendo parte da anexação. A quebra dos acordos de Minsk por parte do governo ucraniano e a guerra civil que se desencadeou facilitaram as manobras da Rússia no sentido das anexações. Um acordo de paz nessas condições se tornou difícil. O recuo das tropas russas das imediações de Kiev foi interpretado, pelos porta-vozes do imperialismo, como fraqueza militar, de um lado; e afirmado pelos porta-vozes do governo russo como uma mudança tática voltada ao controle do leste da Ucrânia, de outro. O pleito inicial de Putin, que os Estados Unidos respeitassem o acordo de 1997 – Ato Rússia-OTAN – não passou de propaganda. Putin necessita de um acordo que garanta uma neutralidade da Ucrânia de fato e que reforce suas defesas no Mar Negro, o que implica anexações.

Nas condições em que a classe operária da Ucrânia, da Rússia e do Leste europeu, principalmente, se encontra desorganizada e à margem dos acontecimentos, não há possibilidade de uma paz contraposta à ofensiva dos Estados Unidos-OTAN e ao objetivo anexionista perseguido pela Rússia. Uma paz sem as potências imperialistas e sem anexações somente seria possível nas condições do

proletariado se unir em defesa da autodeterminação da Ucrânia, de sua independência perante o imperialismo e do jugo da opressão russa. Essa luta envolve o conjunto das ex-repúblicas soviéticas.

O fato de a crise de direção, que é de ordem mundial, impossibilitar os explorados de se unirem e trilharem esse caminho não elimina as tarefas revolucionárias, que brotam das condições objetivas da decomposição do capitalismo. Ao se revelar as raízes históricas da guerra na Ucrânia, estabelecem-se as tarefas de retomar o caminho da revolução proletária de Outubro de 1917, de constituir as bases sobre as quais se levantou a URSS, de buscar pela democracia soviética, de reconstruir do Partido Mundial da Revolução Socialista e de aplicar os fundamentos internacionalistas do programa marxista-leninista-trotskista.

O CERQUI vem, firmemente, desenvolvendo a campanha por um conjunto integrado de bandeiras: pelo desmantelamento da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos, revogação das sanções econômico-financeiras contra a Rússia; autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia. Os acontecimentos as têm confirmado. E, tudo indica, continuarão vigentes após o encerramento da guerra. Esse conjunto indecomponível permite unificar o proletariado ucraniano, russo e de toda a Europa, o que refletiria sobre o proletariado norte-americano e mundial. Sem que se dê um passo nesse sentido, a guerra de dominação não tem como ser transformada em guerra de libertação, que somente pode ser encarnada pelo proletariado como dirigente da maioria oprimida.

A crise de direção é tão profunda que as direções sindicais são incapazes de mobilizar os explorados, sequer para derrubar as sanções impostas pela ditadura do capital financeiro. O que indica submissão ou adaptação à política de guerra dos Estados Unidos e aliados europeus. As divisões

entre as esquerdas, por sua vez, atravancam, inclusive, manifestações unitárias pelo fim da guerra, em contraposição à ofensiva do imperialismo e à violação do direito à autodeterminação da Ucrânia. A defesa intransigente dos fundamentos do internacionalismo proletário e dos princípios marxistas da autodeterminação das nações oprimidas são a base para a vanguarda com consciência de classe se fortalecer no seio do proletariado, dos demais explorados e da juventude oprimida.



A defesa intransigente dos fundamentos do internacionalismo proletário e dos princípios marxistas da autodeterminação das nações oprimidas são a base para a vanguarda com consciência de classe se fortalecer no seio do proletariado, dos demais explorados e da juventude oprimida.

R\$ 30

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DO MASSAS

LANÇAMENTO LIVRO

Lênin estrategista da revolução proletária

Este livro faz parte da luta da vanguarda consciente em superar a crise mundial de direção, construindo o Partido Operário Revolucionário, como seção brasileira do Comitê de Enlace pela Reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

POR

Marxismo

Teoria e Programa

Nova Coleção Editorial



Lênin estrategista da revolução proletária

Apostamentos sobre a história do Partido Bolchevique

Campanha do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) e do POR pelo fim da guerra na Ucrânia

A guerra da Ucrânia nos obrigou a recorrer aos escritos de Lênin e Trotsky sobre a luta do proletariado pelo direito à autodeterminação dos povos oprimidos. Em seguida, passamos a publicar documentos de Lênin sobre a concepção marxista da guerra. No jornal Massas anterior, divulgamos extratos do escrito “O Socialismo e a Guerra”. Vimos, agora, a necessidade de publicá-lo integralmente, devido à sua abrangência.

● Socialismo e a Guerra

Lênin, julho-agosto de 1915

Capítulo I - Os Princípios do Socialismo e a Guerra de 1914-1915

Atitude dos socialistas diante das guerras

Os socialistas sempre condenaram as guerras entre os povos, por serem bárbaras e brutais. Mas a nossa atitude diante da guerra é, por princípio, diferente da dos pacifistas burgueses (partidários e pregadores da paz) e dos anarquistas. Divergimos dos primeiros pelo fato de compreender a ligação inevitável das guerras com a luta de classes no interior de cada país, de compreender a impossibilidade de suprimir as guerras sem a supressão das classes e sem instaurar o socialismo. Divergimos, também, pelo fato de reconhecer inteiramente o caráter legítimo, progressista e necessário das guerras civis, isto é, das guerras da classe oprimida contra a classe opressora – as guerras dos escravos contra os escravagistas, dos camponeses servos contra os senhores feudais, dos operários assalariados contra a burguesia. Os marxistas distinguem-se tanto dos pacifistas como dos anarquistas pelo fato de reconhecer a necessidade de estudar historicamente (do ponto de vista do materialismo dialético de Marx) cada guerra em particular. No curso da história, ocorreram muitas guerras que, apesar de todos os horrores, atrocidades, calamidades e sofrimentos, consequências inevitáveis toda a guerra, foram progressivas, isto é, foram úteis ao desenvolvimento da humanidade, ajudando a destruir instituições particularmente nocivas e reacionárias (como a autocracia ou a servidão), e formas de despotismos mais bárbaros da Europa (como as turca e russa). Por isso, é necessário analisar as particularidades históricas da guerra atual.

Tipos históricos de guerras da idade moderna

A grande revolução francesa abriu uma nova época na história da humanidade. Desde então, e até a Comuna de Paris, de 1789 a 1871, um dos tipos de guerra foi as guerras de caráter progressivo burguês, as guerras de libertação nacional. Em outras palavras, o conteúdo principal e o significado histórico dessas guerras consistiam em derrubar o absolutismo e o feudalismo, sua quebra e emancipação do jugo estrangeiro. Eram, por isso, guerras progressivas, e todos os democratas honestos e revolucionários, bem como os socialistas, em semelhantes guerras, sempre desejaram o êxito do país (isto é, da burguesia), que contribuía para derrubar ou minar os mais perigosos pilares do feudalismo, do absolutismo, e da opressão a outros povos. Assim, nas guerras revolucionárias da França, houve o elemento de pilhagem e de conquista de terras alheias pelos franceses, mas isso em nada altera o signifi-

cado histórico fundamental dessas guerras, que destruíam e abalavam o feudalismo e o absolutismo da velha Europa, da Europa feudal. Na guerra franco-prussiana, a Alemanha pilhou a França, mas isso não modifica o significado histórico fundamental dessa guerra, que libertou milhões de alemães do fracionamento feudal e da opressão de dois déspotas, o czar russo e Napoleão III.

Diferença entre guerra ofensiva e guerra defensiva

A época de 1789 a 1871 deixou marcas profundas e recordações revolucionárias. Antes do derrubada do feudalismo, do absolutismo e do jugo estrangeiro, nem sequer se podia falar de desenvolvimento da luta proletária pelo socialismo. Falando da legitimidade da guerra “defensiva”, a propósito das guerras dessa época, os socialistas sempre tiveram em vista precisamente esses objetivos, que se reduzem à revolução contra o regime medieval e a servidão. Os socialistas sempre entenderam por guerra “defensiva” uma guerra “justa” (expressão de Guilherme Liebknecht). Somente neste sentido, os socialistas reconheciam e reconhecem hoje o caráter legítimo progressivo e justo da “defesa da pátria” ou da guerra “defensiva”. Se, por exemplo, amanhã o Marrocos declarasse guerra à França, a Índia à Inglaterra, Pérsia ou a China à Rússia etc., essas seriam guerras “justas”, “defensivas”, independentemente de quem primeiro atacasse, e qualquer socialista desejaria a vitória dos Estados oprimidos, dependentes, sem plenos direitos, contra as “grandes” potências opressoras, escravizadoras, espoliadoras. Suponhamos que um escravagista que possuísse 100 escravos, e lutasse contra outro que possuísse 200 escravos, por uma partilha mais “equitativa” dos escravos, nesse caso, falar de guerra “defensiva” ou de “defesa da pátria” seria falsear a história e equivaleria, praticamente, a uma simples farsa dos hábeis escravagistas para enganar o povo, os pequenos burgueses e as pessoas incultas. Precisamente assim, valendo-se da ideologia “nacional” e da ideia da defesa da pátria, é como a burguesia imperialista contemporânea engana os povos na presente guerra entre os escravagistas, por consolidar e reforçar a escravidão.

A guerra atual é uma guerra imperialista

Quase todos reconhecem que a atual guerra é uma guerra imperialista, porém, na maior parte dos casos, deturpam este conceito ou aplicam-no unilateralmente, ou insinuam em todo o caso a possibilidade de que esta guerra tenha um caráter burguês progressivo e de libertação nacional. O imperialismo é o grau superior de desenvolvimento do capitalismo, atingido apenas no século XX. O capitalismo passou a sentir-se apertado nos limites

dos velhos Estados nacionais, sem cuja formação não teria podido derrubar o feudalismo. O capitalismo desenvolveu de tal modo a concentração, que ramos inteiros da indústria foram açambarcados pelos consórcios, trustes e associações de capitalistas milionários, e quase todo o globo terrestre está dividido entre esses “senhores do capital”, sob a forma de colônias, ou enredando países estrangeiros com os milhares de fios da exploração financeira. O comércio livre e a concorrência foram substituídos pela tendência ao monopólio, para a conquista de terras para o investimento do capital, para a extração de matérias-primas, etc. De libertador de nações que o capitalismo foi na luta contra o feudalismo, o capitalismo imperialista tornou-se o maior opressor das nações. De progressivo, o capitalismo tornou-se reacionário, desenvolveu atualmente as forças produtivas, a tal ponto que a humanidade terá, ou de passar ao socialismo, ou de sofrer durante anos, ou mesmo décadas, a luta armada das “grandes” potências pela manutenção artificial do capitalismo por meio das colônias, dos monopólios, dos privilégios e da opressão nacional de todo o tipo.

A guerra entre os principais escravagistas, pela manutenção e fortalecimento da escravidão

A fim de tornar claro o significado do imperialismo, apresentaremos dados precisos sobre a partilha do mundo pelas chamadas “grandes” potências (isto é, as que têm êxito na grande pilhagem).

Os dados demonstram como os povos, no período de 1789-1871, lutaram, na maioria dos casos, à frente dos demais, pela liberdade, se tornaram agora, depois de 1876, graças ao elevado desenvolvimento e à “maturidade” do capitalismo, em opressores e escravizadores da maioria das populações e nações do globo. De 1876 a 1914, seis “grandes” potências apoderaram-se de 25 milhões de quilômetros quadrados, ou seja, uma superfície 2,5 vezes maior que toda a Europa! Seis potências escravizam mais de quinhentos milhões (523 milhões) de habitantes das colônias. Para cada 4 habitantes das “grandes” potências, há 5 habitantes nas “suas” colônias. E ninguém ignora que as colônias foram conquistadas a ferro e fogo, que nas colônias tratam cruelmente a população, que as exploram de mil maneiras (através da exportação de capitais, das concessões, etc.; enganando-as na venda de produtos, submetendo-as às autoridades da nação “dominante” etc. e assim por diante). A burguesia anglo-francesa engana o povo, ao dizer que faz a guerra pela liberdade dos povos e da Bélgica: na realidade, faz a guerra para conservar as colônias que rouba descaradamente. Os imperialistas alemães libertariam imediatamente a Bélgica, etc., se os ingleses e franceses partilhassem “amigavelmente” com eles as suas colônias. A singularidade da situação consiste em que, nesta guerra, o destino das colônias se decide pela guerra no continente. Do ponto de vista da justiça burguesa e da liberdade nacional (ou do direito das nações à existência), a Alemanha teria incontestavelmente razão contra a Inglaterra e a França, pois, ela foi “privada” de colônias, os seus inimigos oprimem incomparavelmente mais nações do que ela, e, na sua aliada, a Áustria, os eslavos oprimidos gozam sem dúvida de maior liberdade do que na Rússia czarista, verdadeira “prisão dos povos”. Mas a própria Alemanha não faz a guerra pela libertação, mas pela subjugação das nações. Não cabe aos socialistas ajudar o bandoleiro mais jovem e forte (a Alemanha) a roubar os bandoleiros mais velhos e saciados. Os socialistas devem utilizar a luta entre os bandoleiros para os derrubar a todos. Para isso, os socialistas devem, antes de



tudo, dizer a verdade aos povos, isto é, que esta guerra é, em um triplo sentido, uma guerra de escravagistas pelo fortalecimento da escravidão. É uma guerra, em primeiro lugar, pela consolidação da escravidão das colônias, mediante uma partilha mais “equitativa” e uma exploração mais “harmoniosa”. Em segundo lugar, porque tem por objetivo reforçar a opressão de outras nações, no interior das próprias “grandes” potências, pois, tanto a Áustria como a Rússia (a Rússia muito mais e muito pior que a Áustria), só se mantêm por meio dessa opressão, intensificando-a com a guerra. Em terceiro lugar, essa guerra deverá fortalecer e prolongar a escravidão assalariada, pois, o proletariado está dividido e esmagado, enquanto que os capitalistas saem ganhando, lucrando com a guerra, fomentando os preconceitos nacionais, e intensificando a reação, que ergueu a cabeça em todos os países, mesmo nos mais livres e republicanos.

“A Guerra é a continuação da política por outros meios (precisamente, pela violência)”

Essa famosa expressão pertence a um dos escritores militares mais profundos, a Clausewitz. Os marxistas sempre consideraram, e com toda razão, esta fórmula como a base teórica de seus pontos de vista, acerca do significado de toda guerra. Justamente, Marx e Engels examinaram sempre as diferentes guerras, partindo deste ponto de vista.

Apliquemos essa concepção à presente guerra. Veremos que, durante decênios, durante quase meio século, os governos e as classes dominantes da Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Áustria e Rússia praticaram uma política de pilhagem das colônias, de opressão de nações estrangeiras, de repressão ao movimento operário. A guerra atual, é precisamente a continuidade dessa política, e unicamente dessa política. Em particular, a política da Áustria e da Rússia consistiu, tanto do tempo de paz como em tempo de guerra, em escravizar as nações, e não libertá-las. Pelo contrário, na China, Pérsia, Índia e, em outros países dependentes, vemos, ao longo dos últimos decênios, uma política de despertar de milhões de pessoas para a vida nacional, para uma política de libertação do jugo das “grandes” potências reacionárias. A guerra, nesse terreno histórico, pode ser, ainda hoje, de caráter progressivo burguês, de libertação nacional.

Basta considerar a presente guerra como uma continuidade da política das “grandes” potências e das classes fundamentais, para compreender a que ponto extremamente hipócrita, farisaica e anti-histórica chegou a opinião de que pode justificar-se a ideia de “defesa da pátria” nesta guerra.

Aqueles que justificam a participação nesta guerra perpetuam a opressão imperialista das nações. Aqueles que advogam a utilização das atuais dificuldades dos governos para lutar pela revolução socialista defendem a liberdade real de todas as nações, sem exceção, somente realizável no socialismo.

O exemplo da Bélgica

Os social-chauvinistas da Tríplice Entente – atualmente Quádrupla – (na Rússia, Plekhanov e Cia.) gostam, acima de tudo, de invocar o exemplo da Bélgica. Mas, esse exemplo fala contra eles. Os imperialistas alemães violaram desavergonhadamente a neutralidade da Bélgica, como fizeram sempre e em toda a parte os Estados beligerantes, que pisoteavam, quando lhes convinha, todos os tratados e compromissos. Admitamos que todos os Estados, interessados na observância dos tratados internacionais, declarassem guerra à Alemanha, exigindo a libertação e uma indenização a este país. Neste caso, a simpatia dos socialistas estaria, claro, do lado dos inimigos da Alemanha. Contudo, a questão está precisamente em que não é pela Bélgica que a “Tríplice Entente (Quádrupla)” não faz a guerra pela libertação da Bélgica. Isso é perfeitamente conhecido, e somente os hipócritas ocultam. A Inglaterra saqueia as colônias da Alemanha e da Turquia; Rússia, a Galícia e a Turquia; a França pretende apossar-se da Alsácia-Lorena e, inclusive, da margem esquerda do Reno; com a Itália, foi concluído um tratado sobre a partilha do saque (Albânia, a Ásia Menor); com a Bulgária e a Romênia, igualmente se negocia a repartição do saque. Na guerra, que os governos atuais sustentam, não se pode ir em auxílio da Bélgica, mas sim ajudando a estrangular a Áustria ou a Turquia, etc.! O que tem a ver isso com a “defesa da pátria”? É nisso precisamente que consiste a especificidade da guerra imperialista, da guerra entre governos burgueses reacionários, historicamente caducos, conduzida para a opressão de outras nações. Aqueles que justificam a participação nesta guerra perpetuam a opressão imperialista das nações. Aqueles que advogam a utilização das atuais dificuldades dos governos para lutar pela revolução socialista defendem a liberdade real de todas as nações, sem exceção, somente realizável no socialismo.

Por que a Rússia está em guerra?

Na Rússia, o imperialismo capitalista de tipo moderno se manifestou plenamente na política czarista em relação à Pérsia, Manchúria e Mongólia, mas, na Rússia, de modo geral, predomina o imperialismo militar e feudal. Em nenhuma parte do mundo, a maioria da população está tão oprimida como na Rússia: os grão-russos constituem apenas 43% da população, isto é, menos de metade, e o restante dos habitantes carecem de direitos, são considerados como alógenos. Dos 170 milhões de habitantes da Rússia, cerca de 100 milhões são oprimidos e privados de direi-

tos. O czarismo faz a guerra para conquistar a Galícia, e estrangular definitivamente a liberdade dos ucranianos, para conquistar a Armênia, e Constantinopla, etc. O czarismo vê na guerra um meio para desviar a atenção do crescimento do descontentamento no interior do país, e esmagar o crescente movimento revolucionário. Hoje, para cada dois grão-russos, há na Rússia dois ou três “alógenos”, privados de direitos. Por meio da guerra, o czarismo procura aumentar o número de nações oprimidas pela Rússia, consolidar a sua opressão e fazer desse modo fracassar a luta pela liberdade dos próprios russos. A possibilidade de oprimir e de saquear outros povos reforça a estagnação econômica, pois, em vez do desenvolvimento das forças produtivas, a fonte de rendimentos é frequentemente constituída pela exploração semifeudal dos “alógenos”. Deste modo, por parte da Rússia, a guerra distingue-se por um extremo reacionarismo, contrário a toda libertação.

O que é o social-chauvinismo?

O social-chauvinismo é o apoio da ideia de “defesa da pátria”, na presente guerra. Dessa ideia, decorrem, seguidamente, a renúncia à luta de classes durante a guerra, a votação dos créditos de guerra, etc. De fato, os sociais-chauvinistas praticam uma política antiproletária, burguesa, pois, de fato, preconizam, não a “defesa da pátria”, no sentido da luta contra a opressão estrangeira, mas o “direito” de umas ou outras “grandes” potências, de saquear as colônias e oprimir outros povos. Os social-chauvinistas repetem as mentiras da burguesia para enganar o povo, afirmando que a guerra se faz em defesa da liberdade e da existência das nações, e assim passam para o campo da burguesia, e contra o proletariado. São tanto os social-chauvinistas que procuram justificar e embelezar os governos e a burguesia de um dos grupos de potências beligerantes, quanto aqueles que, a exemplo de Kautsky, admitem aos socialistas de todas as potências beligerantes o direito a “defender a pátria”. O social-chauvinismo, que é de fato a defesa dos privilégios, das vantagens, das pilhagens e das violências de “sua” burguesia imperialista (ou de qualquer burguesia em geral), constitui uma completa traição a todas as convicções socialistas e à resolução do Congresso Socialista Internacional de Basileia.

O Manifesto da Basileia

O Manifesto sobre a guerra, adotado por unanimidade em 1912, em Basileia, leva em conta, precisamente, a guerra entre a Inglaterra e a Alemanha, e seus atuais aliados, que eclodiu em 1914. O Manifesto declara expressamente que nenhum interesse popular pode justificar semelhante guerra, conduzida “pelo lucro dos capitalistas e pelas vantagens das dinastias”, baseando-se na política imperialista e espoliadora das grandes potências. O Manifesto declara expressamente que a guerra é perigosa “para os governos” (todos sem exceção), indica o temor deles à “revolução proletária”, e assinala, com toda clareza, o exemplo da Comuna de 1871, e o de Outubro-Dezembro de 1905, isto é, o exemplo da revolução e da guerra civil. Desse modo, o Manifesto da Basileia estabelece precisamente para a presente guerra a tática da luta revolucionária dos operários contra os seus governos em escala internacional, a tática da revolução proletária. O Manifesto da Basileia repete as palavras da resolução de Stuttgart, dizendo que, em caso de eclosão da guerra, os socialistas deviam aproveitar a “crise econômica e política” por ela criada, para “acelerar a que-

da do capitalismo”, isto é, aproveitar para a revolução socialista as dificuldades que a guerra causa aos governos e o descontentamento das massas.

A política dos social-chauvinistas, a justificativa da guerra, do ponto de vista burguês da libertação, a aceitação da “defesa da pátria”, a votação a favor dos créditos, a entrada nos ministérios etc., etc., são uma traição direta ao socialismo, que não pode ser explicada, como veremos adiante, pela vitória do oportunismo e da política operária nacional-liberal, na maioria dos partidos europeus.

Falsas referências a Marx e Engels

Os social-chauvinistas russos (encabeçados por Plekhanov) se referem à tática de Marx na guerra de 1870; os social-chauvinistas alemães (como Lensch, David e Cia) remetem-se às declarações de Engels, em 1891, sobre a obrigatoriedade de os socialistas alemães defenderem a pátria em caso de guerra com a Rússia e a França juntas; finalmente, os social-chauvinistas do tipo de Kautsky, desejando reconciliar-se com o chauvinismo internacional e legitimá-lo, recorrem a Marx e Engels, que, ainda que reprovando as guerras, se pronunciaram continuamente, desde 1854-1855, até 1870-1871, e 1876-1877, uma vez desencadeada a guerra, em favor de um ou de outro Estado beligerante.

Todas essas referências constituem uma revoltante deturpação das concepções de Marx e Engels, para agradar à burguesia e aos oportunistas, tal como os escritos dos anarquistas Guillaume e Cia. deturpam as concepções de Marx e Engels, para justificar o anarquismo. A guerra de 1870-1871 foi historicamente progressiva por parte da Alemanha, até o momento em que Napoleão III foi derrotado, pois, este, juntamente com o czar, oprimiu a Alemanha durante longos anos, mantendo ali o fracionamento feudal. Mas, logo que a guerra se transformou em pilhagem da França (a anexação da Alsácia e da Lorena), Marx e Engels condenaram decididamente os alemães. De resto, logo no início dessa guerra, Marx e Engels aprovaram a recusa de Bebel e Liebknecht de votar a favor dos créditos e aconselharam a social-democracia a não se juntar à burguesia, mas defender os interesses independentes de classe do proletariado. Estender esta apreciação, que se referia a uma guerra de libertação nacional e progressiva burguesa, à atual guerra imperialista, é zombar da verdade. O mesmo se pode dizer – e com maior razão – da guerra de 1854-1855, e de todas as guerras do século XIX, quando ainda não existiam o imperialismo moderno, nem as condições objetivas, maduras, para o socialismo, nem partidos socialistas de massas em todos os países beligerantes, isto é, quando não existiam ainda precisamente as condições em que se baseou o Manifesto da Basileia, ao traçar a tática da “revolução proletária”, em ligação com a guerra entre as grandes potências.

Aqueles que invocam, hoje, o ponto de vista de Marx sobre as guerras da época em que a burguesia era progressiva, e esquecem as palavras de Marx de que “os operários não têm pátria” (palavras que se referem precisamente à época da burguesia reacionária e caduca, à época da revolução socialista), tergiversam vergonhosamente o pensamento de Marx, e substituem as concepções socialistas por concepções burguesas.

A bancarrota da II Internacional

Os socialistas de todo o mundo declararam solenemente, em 1912, em Basileia, que consideravam a futura guerra europeia

como uma obra “criminososa” e reacionaríssima de todos os governos, que devia acelerar a derrocada do capitalismo, engendrando inevitavelmente a revolução contra ele. Começou a guerra, começou a crise. Em vez da tática revolucionária, a maioria dos partidos social-democratas aplicou uma tática reacionária, colocando-se ao lado dos seus governos e da sua burguesia. Esta traição ao socialismo significa a bancarrota da II Internacional (1889-1914), e nós devemos ter em conta o que causou essa bancarrota, o que gerou o social-chauvinismo, o que lhe deu força.

O social-chauvinismo é o oportunismo em sua expressão mais acabada

Durante toda a época da II Internacional, não cessou a luta no seio de todos os partidos social-democratas, entre a ala revolucionária e a ala oportunista. Em vários países (Inglaterra, Itália, Holanda, Bulgária), houve cisão. Nenhum marxista duvidava de que o oportunismo expressava a política burguesa no movimento operário, expressava os interesses da pequena burguesia e da aliança de uma ínfima parte de operários aburguesados com a “sua” burguesia, contra os interesses das massas proletárias, das massas oprimidas.

A guerra acelerou o desenvolvimento, transformando o oportunismo em social-chauvinismo, transformando a aliança secreta dos oportunistas com a burguesia em uma aliança aberta.

As condições objetivas de fins do século XIX reforçaram, particularmente, o oportunismo, transformando a utilização da legalidade burguesa em uma servil submissão ao legalismo, constituindo uma pequena camada da burocracia e da aristocracia da classe operária, atraindo para as fileiras dos partidos social-democratas muitos “companheiros de viagem” pequeno-burgueses.

A guerra acelerou o desenvolvimento, transformando o oportunismo em social-chauvinismo, transformando a aliança secreta dos oportunistas com a burguesia em uma aliança aberta. Ao mesmo tempo, as autoridades militares decretaram, por toda a parte, a lei marcial e a mordaza para a massa operária, cujos velhos dirigentes passaram, quase sem exceção, para o campo da burguesia.

A base econômica do oportunismo e do social-chauvinismo é a mesma: os interesses de uma ínfima camada de operários privilegiados e da pequena burguesia, que defendem a sua situação privilegiada, o seu “direito” às migalhas dos lucros obtidos pela “sua” burguesia nacional com a pilhagem de outras nações, com as vantagens da sua situação de grande potência, etc.

O conteúdo ideológico-político do oportunismo e do social-chauvinismo é o mesmo: a colaboração de classes em vez da sua luta, a renúncia aos meios revolucionários de luta, a ajuda ao “seu” governo em situação difícil, em vez da utilização das suas dificuldades para a revolução. Se considerarmos todos os países europeus de conjunto, se não fixamos nossa atenção em personalidades isoladas (mesmo as de maior prestígio), verificaremos que foi precisamente a corrente oportunista que se tornou o principal esteio do social-chauvinismo, e, no campo dos revolucionários, se ouve quase por toda a parte um protesto mais ou menos consequente contra ele. E se considerarmos, por exemplo, o agrupamento das tendências, no Congresso Socialista Internacional

de Stuttgart de 1907, veremos que o marxismo internacional se pronunciou contra o imperialismo, enquanto que o oportunismo internacional se manifestou a favor dele.

A Unidade com os oportunistas significa a aliança dos operários com a “sua” burguesia nacional e a divisão da classe operária revolucionária internacional

Na época passada, antes da guerra, o oportunismo era frequentemente considerado um “desvio”, um “extremismo”, mas, em todo o caso, uma parte constitutiva legítima do partido social-democrata. A guerra mostrou que, no futuro, isso seria impossível. O oportunismo “amadureceu”, levou até o fim o seu papel de emissário da burguesia no movimento operário. A unidade com os oportunistas tornou-se uma completa hipocrisia, o que podemos ver por exemplo no partido social-democrata alemão. Em todos os casos importantes (por exemplo, na votação de 4 de agosto), os oportunistas aparecem com o seu ultimato, pondo-o em prática com a ajuda das suas numerosas ligações com a burguesia, do fato de ter a maioria nos comitês dos sindicatos, etc. Hoje, a unidade com os oportunistas significa de fato a subordinação da classe operária à “sua” burguesia nacional, a aliança com ela para oprimir outras nações, e lutar pelos privilégios próprios de uma grande potência, constituindo, ao mesmo tempo, a divisão do proletariado revolucionário de todos os países.

Sejam quais forem, em cada caso, as dificuldades da luta contra os oportunistas, que dominam em muitas organizações, sejam quais forem, nos distintos países, as particularidades do processo em que os partidos operários vão se depurando dos oportunistas, esse processo é inevitável e fecundo. O socialismo reformista agniza; o socialismo que renasce, como afirmou o socialista francês Paul Golay, “será revolucionário, intransigente, insurrecional”.

O “Kautskismo”

Kautsky – a maior autoridade da II Internacional – representa um exemplo extremamente típico e expressivo de como o reconhecimento verbal do marxismo conduziu na prática à sua transformação em “struvismo” ou em “brentanismo”. Plekhanov nos dá outro exemplo disso. Por meio de sofismas evidentes, extirpam do marxismo a sua alma revolucionária viva, reconhecem no marxismo tudo, menos os meios revolucionários de luta, a propaganda e a preparação destes, a educação das massas precisamente nesse sentido. Kautsky “concilia” sem princípios o pensamento fundamental do social-chauvinismo, a aceitação da defesa da pátria na atual guerra, com uma concessão diplomática e aparente à esquerda, na forma de abstenção na votação dos créditos de guerra, mostrando verbalmente sua oposição, etc. Kautsky, que, em 1909, escreveu todo um livro sobre a aproximação de uma época de revoluções e sobre a ligação da guerra com a revolução; Kautsky, que em 1912, subscreveu o Manifesto da Basileia, no qual se assinala a necessidade de aproveitar a futura guerra em interesse da revolução, agora, não para de justificar e embelezar por todos os meios o social-chauvinismo e, do mesmo modo que Plekhanov, se une à burguesia para ridicularizar quaisquer ideias de revolução, quaisquer passos no sentido da luta diretamente revolucionária.

A classe operária não pode desempenhar o seu papel revolucionário mundial, sem travar uma luta implacável contra essa renúncia, contra essa falta de firmeza, contra essa atitude servil

| Campanha CERQUI-POR pelo fim da guerra na Ucrânia

dianete do oportunismo, contra esse abastardamento teórico do marxismo. O kautskismo não é fruto do acaso, mas o produto social das contradições da II Internacional, da combinação da fidelidade em palavras ao marxismo com a submissão de fato ao oportunismo.

Esta mentira fundamental do “kautskismo” manifesta-se de diferentes formas nos diferentes países. Na Holanda, Roland-Holst rechaça a ideia de defesa da pátria, defende a unidade com o partido dos oportunistas. Na Romênia, Rakovski, ao mesmo tempo que declara guerra ao oportunismo como culpado da derrocada da Internacional, está disposto a reconhecer a legitimidade da ideia de defesa da pátria. Tudo isto são manifestações do mal a que os marxistas holandeses chamavam “radicalismo passivo”, e que se reduz à substituição do marxismo revolucionário pelo eclectismo na teoria e ao servilismo, ou à impotência perante o oportunismo na prática.

A palavra de ordem dos marxistas é a palavra de ordem da social-democracia revolucionária

A guerra gerou, sem dúvida, uma crise violentíssima e agudizou incrivelmente os sofrimentos das massas. O caráter reacionário desta guerra, a desavergonhada mentira da burguesia de todos os países, que dissimula os seus objetivos de pilhagem com a ideologia “nacional”, tudo isso, devido à situação objetivamente revolucionária, cria, inevitavelmente, nas massas, um estado de espírito revolucionário. O nosso dever é ajudar a tomar consciência desse estado de espírito, aprofundá-lo, e a dar-lhe forma. Essa tarefa só é corretamente expressa pela palavra de ordem de transformação da guerra imperialista em guerra civil, e qualquer luta de classe consequente, durante a guerra, qualquer tática de “ações de massas” seriamente aplicada conduz inevitavelmente a essa transformação. Não podemos saber se será pelo motivo da primeira ou da segunda guerra imperialista das grandes potências, e no transcurso ou depois dela, quando ascenderá a chama de um forte movimento revolucionário; mas, em todo o caso, nosso dever, indubitável, consiste em trabalhar, de modo sistemático e constantemente, nesse sentido.

O Manifesto da Basileia se refere diretamente ao exemplo da Comuna de Paris, isto é, à transformação da guerra entre os governos em guerra civil. Há meio século, o proletariado era demasiado fraco, as condições objetivas do socialismo ainda não estavam maduras; então, não era possível existir uma coordenação e colaboração entre os movimentos revolucionários em todos os países beligerantes; o excessivo entusiasmo de uma parte dos operários parisienses pela “ideologia nacional” (tradição de 1792) era, como disse oportunamente Marx, uma debilidade pequeno-burguesa, o que foi uma das causas do fracasso da Comuna. Meio século depois da Comuna, desapareceram as condições que enfraqueciam a revolução de então, e hoje é imperdoável que um socialista renuncie a uma viva atividade, precisamente, no espírito da Comuna de Paris.

Exemplo da confraternização nas trincheiras

Os jornais burgueses de todos os países beligerantes citaram exemplos de confraternização dos soldados das nações beligerantes nas mesmas trincheiras. E a promulgação de decretos draconianos pelas autoridades militares (da Alemanha, Inglaterra) contra essa confraternização demonstrou que os governos e a

burguesia lhe atribuíam uma séria importância. Se, mesmo com o completo domínio do oportunismo nas cúpulas dos partidos social-democratas da Europa ocidental, e com o apoio ao social-chauvinismo por toda a imprensa social-democrata, por todas as autoridades da II Internacional, foram possíveis casos de confraternização, isso mostra-nos até que ponto seria possível abreviar a atual guerra criminosa, reacionária e escravagista, e organizar um movimento revolucionário internacional, com um trabalho sistemático nesse sentido, nem que fosse somente dos socialistas de esquerda de todos os países beligerantes.

Importância da organização clandestina

Os anarquistas mais destacados de todo o mundo se mancharam durante a guerra, tanto quanto os oportunistas, com a nódoa do social-chauvinismo (ao estilo de Plekhanov e de Kautsky). Um dos resultados úteis desta guerra será, sem dúvida, que acabará tanto com oportunismo quanto com o anarquismo.

Sem renunciar em nenhum caso, nem circunstância, à utilização da organização das massas e da propaganda do socialismo, por menor que seja a possibilidade legal, os partidos social-democratas devem romper com o servilismo diante da legalidade. “Disparai primeiro, senhores burgueses”, escreveu Engels, aludindo precisamente à guerra civil e à necessidade de violarmos a legalidade, depois que a mesma burguesia tivesse violado. A crise mostrou que a burguesia a viola a legalidade em todos os países, mesmo nos mais livres, e que é impossível conduzir as massas à revolução, sem criar uma organização clandestina, que propague, discuta, aprecie e prepare os meios revolucionários de luta. Assim, na Alemanha, tudo que se faz de *honesto* pelos socialistas, se faz contra o infame oportunismo e o “kautskismo” hipócrita, e se faz precisamente na clandestinidade. Na Inglaterra, condena-se a trabalhos forçados aqueles que distribuem panfletos, chamando o povo a não se apresentar nas filas de alistamento militar.

Considerar compatível ao partido social-democrata a negação dos métodos ilegais de propaganda e a ridicularização desses métodos na imprensa legal, é trair o socialismo.

A derrota do “próprio” governo na guerra imperialista

Os defensores da vitória do seu governo na atual guerra, tal como os defensores da palavra de ordem “nem vitória, nem derrota”, adotam do mesmo modo o ponto de vista do social-chauvinismo. Em uma guerra reacionária, a classe revolucionária não pode deixar de desejar a derrota do seu governo, não pode também deixar de ver que os fracassos militares do governo facilitam a sua derrocada. Somente um burguês, que acredita que a guerra começada pelos governos concluirá, inevitavelmente, como uma guerra entre governos, e que assim o deseja, acha “ridícula” ou “absurda” a ideia de que os socialistas de todos os países beligerantes se pronunciem pela derrota de todos os “seus” governos. Pelo contrário, essa afirmação corresponderia precisamente aos pensamentos secretos de qualquer operário consciente, e confluiria com a linha da nossa atividade, orientada para a transformação da guerra imperialista em guerra civil.

É indiscutível que a agitação séria contra a guerra de uma parte dos socialistas ingleses, alemães e russos “debilitava o poder militar”, de seus respectivos governos, no entanto, tal agitação era

um mérito dos socialistas. Os socialistas devem explicar às massas que, para elas, não há salvação, a não ser com derrocada revolucionária de “seus” governos, e que, precisamente, para alcançar esse objetivo, é necessário aproveitar todas as dificuldades desses governos na guerra atual.

Sobre o pacifismo e a consigna da paz

A aspiração das massas pela paz indica, a miúdo, um caminho de protesto, de revolta, de compreensão do caráter reacionário da guerra. Aproveitar esse estado de ânimo é um dever de todos os social-democratas. Estes participarão mais ativamente em toda manifestação e movimento de massa, mas, ao mesmo tempo, os social-democratas não enganarão o povo, deixando que pense que, sem movimento revolucionário, se pode obter uma paz sem anexações, sem opressão das nações, sem pilhagem, uma paz que não carregue em seu seio os germes de guerras futuras entre os atuais governos e classes dominantes. Este engano ao povo favorecerá unicamente a diplomacia secreta dos governos beligerantes e os seus planos contrarrevolucionários. Quem deseja uma paz sólida e democrática deve ser a favor da guerra civil contra os governos e a burguesia.

Sobre o direito das nações à autodeterminação

O meio que a burguesia mais usa para encanar os povos nesta guerra consiste em ocultar seus objetivos de pilhagem com uma ideologia da “libertação nacional”. Os ingleses prometem a liberdade à Bélgica; os alemães, à Polónia, etc. Na realidade, como vimos, trata-se de uma guerra entre os opressores da maioria das nações do mundo, para reforçar e ampliar a opressão.

Os socialistas não podem alcançar o seu grande objetivo, sem lutar contra toda a opressão das nações. Por isso, devem exigir obrigatoriamente que os partidos social-democratas dos países opressores (particularmente os das chamadas “grandes” potências) reconheçam e defendam o direito das nações oprimidas à autodeterminação, e precisamente no sentido político da palavra, isto é, o direito à separação política. Um socialista de uma grande potência ou de uma nação detentora de colônias que não defenda esse direito é um chauvinista.

A defesa desse direito, longe de estimular a criação de pequenos Estados, leva, pelo contrário, à formação mais livre, mais ousada e, portanto, mais ampla e extensa de grandes Estados e de federações de Estados, mais vantajosas para as massas, e em consonância com o desenvolvimento econômico.

Os socialistas das nações oprimidas, por sua vez, devem lutar, incondicionalmente, pela plena unidade (incluindo a unidade orgânica) dos operários das nacionalidades oprimidas e das nações opressoras. A ideia da separação jurídica de uma nação de outra (a chamada “autonomia nacional cultural”, preconizada por Bauer e Renner) é uma concepção reacionária.

O imperialismo é a época de crescente opressão das nações de todo o mundo por um punhado de “grandes” potências, em virtude do qual a luta pela revolução socialista internacional contra o imperialismo é impossível, se não se reconhece o direito das nações à autodeterminação. “Um povo que oprime outros povos não pode ser livre” (Marx e Engels). Um proletariado que aceite a menor violência de “sua” nação sobre outras nações não pode ser socialista.

(Extraído das Obras Completas, Lênin, tomo XXII, Akal Editor)

Resposta a PCO

Dois dias depois de Putin ordenar a ocupação militar da Ucrânia, PCO estampou no editorial do jornal Causa Operária o título “Todo apoio à ação da Rússia na Ucrânia”. Depois de descrever alguns dos objetivos anunciados pelo governo russo, concluiu: “O que temos aqui não é uma guerra da Rússia contra a Ucrânia, o que está acontecendo é um conflito entre a nação ameaçada pelo imperialismo mundial, onde a nação ucraniana entrou infelizmente como instrumento do imperialismo”. O PCO considera que se trata de uma “guerra justa”, seguindo a correta distinção do marxismo entre guerra imperialista e guerra de libertação nacional. De forma que Putin levou a Rússia a intervir militarmente na Ucrânia na condição de país oprimido. O que estaria de acordo com o princípio de que “todas as lutas contra o imperialismo são lutas de libertação nacional”.

Rússia na Ucrânia, porque não é uma guerra com a Ucrânia, mas com o imperialismo. Essa justificativa não passa de uma ficção.

Está correto quando PCO diz que Biden é o principal responsável pelo conflito, “ao tentar fazer do povo da Ucrânia carne de canhão de seus planos expansionistas e imperialistas.” Faltou, porém, completar, com a constatação de que Putin fez do povo ucraniano um escudo, recorrendo à intervenção militar, e sabendo que a burguesia europeia não iria desencadear uma guerra no continente. Para PCO, portanto, a Rússia não exerce um ato de opressão nacional, porque a guerra ocorre em solo ucraniano, mas não contra a Ucrânia. Como passe de mágica, a direção de PCO chama os trabalhadores a apoiarem a intervenção russa, porque a guerra não é contra a Ucrânia, mas sim contra o imperialismo.

A burocracia governamental e a oligarquia burguesa russa necessitam conservar o domínio sobre a região. E não têm outra forma de se impor diante das tendências centrífugas, a não ser exercendo a opressão nacional. Nada dessa realidade objetiva, que está na base da guerra da Ucrânia, existe para o PCO.

De fato, se assim fosse, os marxista-leninista-trotskistas teriam de se colocar do lado da nação oprimida contra o imperialismo. Mas, e se a Rússia estivesse na condição de opressora da Ucrânia? Segundo PCO, essa possibilidade está excluída. E por quê? Porque a guerra não é contra a Ucrânia, mas sim contra a ameaça do imperialismo. Mas ocorre que, concretamente, existe uma guerra na Ucrânia. Os Estados Unidos não conseguiram convencer os aliados europeus a apoiarem diretamente, em território ucraniano, as Forças Armadas comandadas por Zelenski. Caso a OTAN interviesse com todo o seu poderio, a guerra limitada à Ucrânia se estenderia para a Europa, podendo ser o início de uma terceira guerra mundial. A abstração de PCO de que a guerra não é contra a Ucrânia peca por deturpar a verdade do processo e dos fatos. O jornal Causa Operária apoia a intervenção militar da

Os redatores do editorial da edição de 28 de fevereiro recorrem à noção de “guerra justa” contra o imperialismo, desconhecendo que a Ucrânia voltou a ser uma nação plenamente oprimida, com a desintegração da URSS. Não reconhecem que a Rússia restauracionista exerce opressão nacional à sua volta. A guerra da Chechênia e a intervenção militar na Geórgia não dizem nada aos pseudotrotskistas de PCO.

Sem dúvida, a ação militar da Rússia configura uma autodefesa contra o expansionismo imperialista, mas, se valendo da opressão nacional. Primeiro, apontou as armas para a Ucrânia, não permitirei que a OTAN se instale em minhas fronteiras. Depois, invadiu o país iniciando a guerra, dizendo, agora, terá de me atender à custa de destruição e sangue.

Os Estados Unidos e aliados europeus alimentam a resistência das Forças Armadas ucranianas, e forçam o prolon-

gamento da guerra. Quanto maior for o impasse da guerra e mais os ucranianos sangrarem, melhor para a continuidade da ofensiva do imperialismo contra a Rússia. E por quê? Porque não há como a Rússia sair vitoriosa contra o cerco da OTAN, oprimindo a Ucrânia.

Para o PCO, no entanto, não existe tal opressão reconhecida pelo POR, uma vez que a guerra não é contra a Ucrânia. Em uma publicação de 14 de abril, o jornal Causa Operária contesta a posição do POR, sob o título “Acabar com a OTAN sem apoiar a Rússia?” O PCO acha que é impossível lutar contra o imperialismo – a OTAN é apenas o seu braço armado – sob a bandeira da autodeterminação da Ucrânia e condenação da invasão russa. Para quem segue a lógica de que a guerra não é com a Ucrânia, a posição do POR é “sem pé, nem cabeça”, nos dizeres dos desmiolados do PCO. E, para quem acha que a Rússia trava uma “guerra de libertação nacional”, a caracterização de “guerra de dominação”, como afirma o POR, seria de caráter puramente “moral” e que “não tem grande valia para entender a política real”.

Na realidade, PCO se recusa a reconhecer que a Rússia é uma potência regional que exerce opressão nacional sobre as ex-repúblicas soviéticas. A liquidação da URSS abriu caminho para as forças econômicas do imperialismo penetrarem na extensa região, atraírem as frações oligárquicas e comprimirem gradativamente a Rússia. O acelerado processo de restauração enfraqueceu a economia russa. O que dificulta cada vez mais o seu controle sobre as ex-repúblicas soviéticas. A burocracia governamental e a oligarquia burguesa russa necessitam conservar o domínio sobre a região. E não têm outra forma de se impor diante das tendências centrífugas, a não ser exercendo a opressão nacional. Nada dessa realidade objetiva, que está na base da guerra da Ucrânia, existe para o PCO.

Nesse emaranhado de palavreado sobre “guerra justa” e “guerra de libertação nacional”, PCO inventa que o POR “caracteriza a Rússia como um país imperialista”. O fato de a oligarquia exercer a opressão nacional não significa que

a restauração elevou a Rússia à condição de exportadora de capital (imperialista). E o fato de ser uma potência econômica e militar em escala regional permite-lhe exercer as formas e métodos de opressão imperialistas, como se constata na guerra da Chechênia, Geórgia, e, agora, Ucrânia.

Outra invenção de PCO consiste em atribuir ao POR a colocação de que os trabalhadores não podem apoiar Putin porque é um governo burguês. O que afirmamos é que os trabalhadores russos, ucranianos, europeus, norte-americanos e de todo o mundo têm o dever de

lutar contra a opressão nacional e pela autodeterminação da Ucrânia, o que obrigatoriamente têm de combater pelo desmonte da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos, bem como pelo fim das sanções econômicas. Essa luta depende de o proletariado entroncar seus instintos de revolta com o programa da revolução socialista.

Esses aspectos bastam para separar a política internacionalista do POR da nacionalista de PCO. Eis que chegamos a uma formulação definitiva de PCO: “O governo Putin está realizando uma exitosa, até o momento, operação de en-

frentamento do imperialismo mundial (...)”, por isso seria progressivo. O POR, ao contrário, afirma que a política de Putin é reacionária, por se valer da opressão nacional das ex-repúblicas soviéticas para resistir ao cerco do imperialismo.

A classe operária russa, levantando-se contra qualquer forma de opressão nacional, pode colocar bem no alto as bandeiras de desmantelamento da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos na Europa, bem como a derrubada das sanções econômicas de Biden. Esse é o caminho para unificar o proletariado europeu contra o imperialismo.

Crítica à posição dos centristas (FT-QI e ICFI)

No Jornal Massas 660, publicamos a crítica às posições de diversas organizações de esquerda. Em um dos extremos, está o PCO, que defende incondicionalmente a política de opressão nacional da Rússia. No outro extremo, está a LIT/PSTU, que assume uma posição francamente pró-imperialista, ao apoiar a derrota militar da Rússia na Ucrânia, sob “quaisquer meios”, inclusive com armas provenientes da OTAN e com as sanções econômicas impostas pela ditadura do capital financeiro. As demais organizações, correntes internas do PSOL, junto à UP, PCB e PCdoB, variam entre as posições pacifistas, que convergem para o discurso pequeno burguês; as que caracterizam a Rússia como imperialistas, tomando o conflito entre OTAN e Rússia como interimperialista; e as que implicitamente convergem para a defesa da política de opressão nacional da Rússia, ao não levantar as bandeiras da autodeterminação da nação oprimida e da retirada das tropas russas da Ucrânia.

Dessa vez, analisaremos as posições de duas organizações em particular, a Fração Trotskista – Quarta Internacional (FT-QI), que no Brasil é representada pelo MRT, e o Comitê Internacional da Quarta Internacional (International Committee of the Fourth International – ICFI), que tem maior intervenção na América do Norte e Europa. Ambas as organizações reivindicam, no campo do palavreado, o trotskismo, e expressam bem a confusão que o centrismo pode promover sobre parte da militância, ao levantar bandeiras e reivindicações, em princípio transitórias ou mesmo revolucionárias, desvinculadas, contudo, da defesa das caracterizações, do programa e dos métodos de organização e luta próprios da classe operária. As bandeiras que a FT-QI defende em torno à guerra na Ucrânia são: “Não à

guerra! Fora as tropas russas da Ucrânia! Fora a OTAN da Europa Oriental! Não ao rearmamento imperialista! Pela unidade da classe trabalhadora internacional! Por uma política independente na Ucrânia para enfrentar a ocupação russa e a dominação imperialista!”, cabendo ainda destacar que algumas de suas seções levantaram as bandeiras de “Não a todas as sanções contra a Rússia!”, “Abaixo a OTAN!” e “Por uma Ucrânia independente, operária e socialista!”. Na principal declaração do ICFI, por sua vez, estão as bandeiras (no título) “Não à invasão da Ucrânia pelo governo Putin e à guerra instigada pelos EUA/OTAN!”, e “Pela unidade dos trabalhadores russos e ucranianos!”. Além disso, o ICFI é mais explícito, ao reconhecer os EUA e OTAN como principais promotores da guerra, ao declarar: “A administração Biden, ao recusar discutir as objeções russas quanto à adesão da Ucrânia na OTAN, usou a Ucrânia como isca. Isso incitou a invasão, que agora será usada como pretexto para confrontar a Rússia”.

Ocorre que, embora as reivindicações pela retirada das tropas russas da Ucrânia e pelo fim da OTAN e das sanções econômicas estejam vigentes, não basta, contudo, levantá-las de forma abstrata, sem explicitar que isso só será conquistado por meio dos métodos de organização e luta próprios da classe operária. Atualmente, no mundo todo, já ocorrem manifestações contra a guerra e contra a expansão das tendências bélicas. Porém, tais manifestações têm expressado o conteúdo do pacifismo pequeno-burguês, que tanto o ICFI quanto a FT-QI pouco distinguem. A oposição formal à guerra no campo do pacifismo converge para a propaganda “antiguerra” da mídia burguesa, que é essencialmente pró-imperialista, e, no caso particular da Rússia, da oposição burguesa, que visa à



LANÇAMENTO LIVRO

Lições da Comuna de Paris

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições das derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.

POR
Marxismo
Teoria e Programa

Nova
Coleção
Editorial

derrubada da ditadura burocrática, e conclusão da restauração capitalista.

O proletariado, nesse contexto, encontra-se internacionalmente desorganizado, sem uma direção que expresse seus métodos e programa próprios para combater a escalada bélica. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), em sua campanha internacionalista, tem demonstrado que o maior dos obstáculos na luta contra a guerra de dominação é a crise de direção. Uma posição programática e principista sobre a guerra é fundamental para que a vanguarda com consciência de classe se fortalecer e contribuir ativamente na tarefa de superação da crise de direção, que tem por norte a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. A clareza na explicação dos motivos da guerra e identificação das forças em confronto têm permitido ao POR desenvolver a campanha nas fábricas, nos movimentos, nos protestos e entre a juventude oprimida. O esforço em aplicar a concepção marxista-leninista-trotskista sobre a guerra e,

A tática revolucionária que o Cerqui vem aplicando é o da propaganda e agitação das bandeiras que permitem combater a guerra no terreno da luta de classe e trabalhar pela unidade dos explorados. Os centristas das mais distintas variantes podem manejar essa ou aquela bandeira correta, como “Fora a OTAN da Europa Oriental”, entre outras, mas não podem desenvolver a diretriz do internacionalismo proletário, que tem por estratégia a defesa dos Estados Unidos Socialistas da Europa.

em particular, sobre a autodeterminação das nações oprimidas vem possibilitando lutar com um conjunto de reivindicações expressamente comprovadas pelos acontecimentos. Eis: pelo desmantelamento da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos, pelo fim das sanções econômicas e pela retirada das tropas russas, autodeterminação e integralidade territorial. A luta no seio das massas esse conjunto possibilita trabalhar pela unidade da classe operária ucraniana, russa, europeia e mundial. Um passo que se dê nessa unidade possibilitará combater o nacionalismo burguês e pequeno-burguês que obscurece a consciência de classe dos explorados.

| Crítica à posição dos centristas - FT-QI e ICFI

É sintomático que Zelenski continue mentindo e ocultando para os explorados sobre o papel dos Estados Unidos em tornar o povo ucraniano como bucha de canhão do imperialismo; e Putin continuar a contar com grande apoio interno da população russa, como reconhecem fontes do próprio imperialismo, falsificando os seus objetivos de dominação da Ucrânia.

A classe operária russa e ucraniana têm tradição de combate na guerra imperialista, desde a Primeira Guerra Mundial. Sem dúvida, o proletariado russo teria se utilizado de seus métodos da ação direta, como greves, bloqueios e boicote à guerra, se não fosse a profunda crise de direção. A mesma desorganização e ausência de independência se passam com os explorados ucranianos. Não resta dúvida, também, a importância que têm as bandeiras do Cerqui para a mobilização da classe operária polonesa. Bastaria um início de paralisação pela classe operária russa nas indústrias de petróleo, gás e armamentos, de bloqueio dos portos e estradas e ferrovias em direção à Ucrânia, para colocar a luta de classes como fator decisivo na defesa do fim da guerra. Por enquanto, medidas como essas não correspondem às condições objetivas, uma vez que a Rússia se acha sob o ataque das sanções econômicas e financeiras do imperialismo, procurando sufocar sua economia; e não existe um movimento unitário dos explorados contra as sanções de Biden, que servem de meio auxiliar à resistência do governo Zelenski. Bastaria que os explorados poloneses saíssem às ruas contra a OTAN e as bases militares dos Estados Unidos para mostrar aos russos o caminho da unidade revolucionária. No entanto, mantêm-se passivos diante da presença norte-americana no país. Aí estão os reflexos da profunda crise de direção.

Há quem pretende encontrar semelhanças desta ou daquela bandeira dos centristas com as do Cerqui, e achar que no terreno da tática viria a diferenciação, desconhecendo as condições objetivas em que se encontra a luta de classes. A tática revolucionária que o Cerqui vem aplicando é o da propaganda e agitação das bandeiras que permitem combater a guerra no terreno da luta de classe e trabalhar pela unidade dos explorados. Os centristas das mais distintas variantes podem manejar essa ou aquela bandeira correta, como “Fora a OTAN da Europa Oriental”, entre outras, mas não podem desenvolver a diretriz do internacionalismo proletário, que tem por estratégia a defesa dos Estados Unidos Socialistas da Europa. Não podem, portanto, se apoiar na tática revolucionária. E não têm como se colocar no terreno da luta pela superação da crise de direção, pela reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

Peru

A crise de governabilidade

A situação política está marcada pela desagregação do governo nacional-reformista. Os explorados retomam a luta coletiva pelas suas reivindicações imediatas, e recorrem a manifestações de massas e radicalizam seus métodos de luta. Eis o essencial da atual situação.

Os protestos operários, camponeses e populares exigem de Castillo frear a espiral inflacionária, que empurra milhões de oprimidos peruanos ao precipício da pobreza e miséria. A greve de transportistas, caminhoneiros e taxistas contra o aumento dos combustíveis foi a faísca do movimento, que rapidamente se estendeu para a maioria da população explorada. A escalada de aumentos dos preços das mercadorias de consumo básico, medicamentos, pedágios e transportes se dá no quadro de acelerada perda de empregos, da precarização e a redução dos salários dos últimos anos. Empurrados pela pressão das massas revoltadas, os sindicatos e centrais decidiram sair em protestos, exigindo do governo dar respostas imediatas às reivindicações, e cumprir seu programa eleitoral, de resolver as urgentíssimas necessidades das massas que o elevaram ao poder.

O governo decretou, na madrugada de terça-feira, 5 de abril, o toque de recolher. Encorajadas, as forças policiais assassinaram 6 manifestantes. O que jogou mais combustível na fogueira da revolta popular. Horas depois de decretar o toque de recolher, e sob a pressão da rápida extensão dos protestos, Castillo recuou e revogou a medida ditatorial. Permanece o Estado de Emergência na Rede Nacional de Estradas de Trânsito, sob fiscalização e controle das Forças Armadas.

A tentativa de repressão e posterior recuo do governo não acalmou a revolta popular. A maioria oprimida já não confia na capacidade do governo nacional-reformista em resolver seus problemas, e percebe que terá de manter as ações de rua, manifestações e pressão sobre o governo. Eis por que, à rápida erosão do apoio eleitoral dos últimos meses, somaram-se a perda do apoio no interior das organizações sindicais. A Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru (CGTP), o Sindicato Unitário de Trabalhadores da Educação do Peru (Sutep) e inúmeros grêmios colocaram-se em choque com Castillo. O

Sutep disse que “se não sabe como solucionar a crise, a renúncia é o caminho”. A CGTP, diferentemente, exige que se “preserve a governabilidade”.

Cercado pelos protestos, Castillo pediu “perdão”, e ensaiou uma medida intermediária para descomprimir a situação: aprovou a eliminação do imposto seletivo ao consumo de combustíveis, principal demanda dos sindicatos e associações dos transportistas. A medida corporativa deixa de lado a principal reivindicação popular: a redução dos preços das mercadorias e serviços de consumo popular. O que encoraja a direita a acirrar a via do golpe institucional – impeachment.

Está aí porque, qualquer que seja a saída ensaiada pelo governo, não servirá para equacionar a crise política e social que se abriu. As tendências de desagregação política e social surgem das entranhas das tragédias que emergem da crise estrutural do capitalismo, agravadas pelas consequências da guerra na Ucrânia, afundando as massas na pobreza e miséria. Em última instância, a intervenção radicalizada das massas reflete a impotência do governo em re-

solver os graves problemas da nação oprimida. É nesse quadro, todavia, que a burguesia peruana manobra para destituir Castillo, sem abrir uma nova crise.

O essencial está em reconhecer que as tendências da luta de classes no país refletem um processo mais profundo de ascenso das lutas das massas mundiais, em defesa de suas reivindicações mais imediatas. Essas condições são favoráveis à vanguarda com consciência de classe do país para dar passos na superação da crise de direção revolucionária, sem a qual as massas são impotentes para dar um conteúdo político e programático às explosões de fúria instintiva. Será acompanhando e trabalhando pela organização das massas, sob um programa comum de reivindicações, e dando expressão política consciente ao seu instinto de revolta, que a vanguarda organizada em partido marxista-leninista-trotskista desenvolverá a tática e os métodos, que permitirão avançar na luta de classes e na independência política do proletariado, tendo por estratégia a revolução e ditadura proletárias, e o governo operário e camponês.

Em última instância, a intervenção radicalizada das massas reflete a impotência do governo em resolver os graves problemas da nação oprimida. É nesse quadro, todavia, que a burguesia peruana manobra para destituir Castillo, sem abrir uma nova crise.

LANÇAMENTO ▶

R\$ 35

100 ANOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

RECONSTRUIR O PARTIDO MUNDIAL SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR:

100 anos da Revolução Russa

RECONSTRUIR O PARTIDO DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA MUNDIAL, A IV INTERNACIONAL



Peru

A crise se aprofunda

Como na maioria dos países latino-americanos, nos últimos meses, houve um aumento generalizado no custo de vida, que agrava ainda mais a situação insuportável em que vive a grande maioria.

O açúcar passou de 2,50 para 6 solas; frango, de 12 para 16 solas (\$3,24 para \$4,32); gás, a 75 solas (\$20,27). Informações oficiais mostram indicadores que não são vistos há décadas. Os preços subiram em 27 cidades do país, com média de 7,45%, e, em várias delas, mais de 10% ao ano. Em março, a inflação foi de 1,48%, nível não registrado desde 1996.

Os protestos começaram em 28 de março, nos transportes e pelos agricultores, que se juntaram a vários setores, em diferentes partes do país, devido ao aumento do combustível. Inúmeras estradas foram bloqueadas pelos manifestantes. Cinco mortos já foram reconhecidos.

Os bloqueios rodoviários, por sua vez, levaram à escassez, uma vez que os produtos não chegavam aos mercados, causando um aumento maior no preço dos alimentos.

A Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru (CGTP), o Sindicato Unitário dos Trabalhadores em Educação do Peru (Sutep) e outros sindicatos percorreram as ruas do centro de Lima nesta quinta-feira, 7, para exigir do governo o aumento do salário mínimo e o cumprimento da Agenda 19, a fim de compensar o aumento do custo de vida, entre outras exigências. O Sutep assinou: *“Com unidade de classe e em defesa das justas exigências do povo, contra a traição de Pedro Castillo e seu governo medíocre”*.

Esta é a primeira grande luta popular enfrentada pelo Presidente Castillo.

O governo decretou toque de recolher em Lima e Callao, que teve de ser revogado, por causa dos protestos que gerou. E, também, o estado de emergência por 30 dias na Rede Nacional de

Estradas de Trânsito, a fim de manter o controle da ordem interna, que seria protegida pela Polícia Nacional do Peru (PNP), com a proteção das Forças Armadas.

O presidente também teve de se desculpar por suas críticas às direções que lideraram os protestos, dizendo que os direitos dos trabalhadores estavam garantidos.

O governo teve de ceder às reivindicações: eliminou um imposto sobre combustíveis até junho, e aumentou o salário-mínimo em 10%, de 930 para 1.025, a partir de 1º de maio (mas 80% dos explorados não se beneficiarão, porque trabalham na informalidade).

As medidas não satisfazem a população, que permanece mobilizada. A desaprovação popular de Castillo está crescendo, especialmente nas áreas rurais onde apoiaram sua candidatura. As promessas eleitorais não foram cumpridas.

A situação é de uma crise completa. Os setores mais poderosos da economia condicionaram seu governo desde o início, e impuseram mudanças até mesmo em seu gabinete. O Congresso acossa o presidente permanentemente, e ameaça destituí-lo por meio de um impeachment, já houve duas tentativas. O Peru teve 6 presidentes em cinco anos.

O gatilho para a intervenção popular é a alta inflação, causada pelos desequilíbrios econômicos, gerados pela Pandemia, e, agora, pela guerra na Ucrânia, que fez o petróleo e os combustíveis, em todo o mundo, subirem.

Uma crise que expressa a incapacidade dos governos, de resolver os problemas mais urgentes das massas. Nenhum dos governos ousa recuperar os enormes recursos disponíveis para o país, e afetar os negócios das multinacionais. A ilusão de um governo de esquerda, que assumiu com um discurso radical, logo desapareceu. Não há como satisfa-

zer as reivindicações dos explorados, e, ao mesmo tempo, conciliar e concordar com a direita e os grandes capitalistas.

Como em todos os nossos países, não é pelas eleições, não é por meio de uma nova Constituição, que a economia do Peru pode ser transformada. A lição da história é que as massas têm de impor seu próprio governo operário-camponês, com a ação direta, com a revolução social. Eis por que é urgente construir o partido revolucionário, e criar suas organizações de base em todos os terrenos.

Os explorados e sua vanguarda têm de apoiar-se na rica experiência de luta, em tudo o que passaram nas últimas décadas e, especialmente, na última frustração eleitoral, ao levarem ao governo um impostor e um partido que pretendia fazer crer que as grandes transformações poderiam ser feitas a partir da presidência e do Congresso. Castillo seguiu o mesmo caminho do MAS na Bolívia, do chavismo na Venezuela, correísmo no Equador, do petismo no Brasil, da Frente Ampla no Uruguai, do peronismo na Argentina, e, agora, com o Boric, no Chile. O nacional-reformismo acaba de joelhos, diante do grande capital e do imperialismo. É incapaz de enfrentá-lo.

As massas devem conquistar a sua independência política, lutar com sua própria estratégia de poder, para não cair nas redes da oposição de direita, que quer se apoiar nos protestos. Não se trata de mudar um governo burguês por outro. Trata-se de transformar a sociedade, expropriando os principais meios de produção, para colocá-los a serviço da maioria oprimida. Não há caminhos intermediários. A decomposição capitalista em escala global só garante um futuro de maior barbárie, de regressão nas condições de vida e trabalho, e também de guerra e destruição maciça de forças produtivas.